SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS
DO ESPÍRITO SANTO | PNADC – ANUAL 2017



IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

2018

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MORADIA NO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN



IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

2018

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MORADIA NO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo Cesar Hartung Gomes
VICE-GOVERNADOR
César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Regis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN
Diretora Presidente
Gabriela Macedo Lacerda
Diretoria de Estudos e Pesquisas
Ana Carolina Giuberti
Diretoria Administrativa e Financeira
Andréa Figueiredo Nascimento

Coordenação de Estudos Sociais – CES
Sandra Mara Pereira
Coordenação de Estudos Territoriais – CET
Pablo Lira

SÍNTESE DOS INDICADORES: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MORADIA NO ESPÍRITO SANTO

Elaboração
Cynthia Lopes Pessoa de Miranda
Isabella Batalha Muniz Barbosa
Nathalia Nogarolli Bonadiman
Coordenação de Estudos Territoriais

Editoração
Arthur Ceruti Quintanilha
João Vitor André
Assessoria de Relacionamento Institucional

Colaboração
Gelso de Souza Vieira *(estagiário)*
William Joubert Ramos de Almeida *(estagiário)*
Coordenação de Estudos Territoriais

Bibliotecária
Andreza Ferreira Tovar
Assessoria de Relacionamento Institucional

Revisão
Ana Carolina Giuberti
Pablo Lira
Sandra Mara Pereira

Foto – Capa
Isabella Batalha Muniz Barbosa

Instituto Jones dos Santos Neves
Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo - PNAD 2017.
Análise das condições de moradia no Espírito Santo. Vitória, ES, 2018.

42p. il. tab.

1.Indicadores Sociais. 2.Habitação. 3.Bens de Consumo.
4.Saneamento. 5.Tecnologia. 6.Espírito Santo(Estado). I.Título.
II.Miranda, Cynthia Lopes Pessoa de. III.Barbosa, Isabella Batalha
Muniz. IV.Bonadiman, Nathalia Nogarolli.

SUMÁRIO

04 Apresentação
05 Introdução
09 Deficiências nas Condições de Moradia
18 Acesso a Serviços de Saneamento Básico
25 Presença de Bens Duráveis e Acesso à Tecnologia
26 Presença de Bens Duráveis
33 Acesso à Tecnologia
38 Considerações Finais
41 Referências Bibliográficas
43 Anexos

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) tem publicado anualmente a Síntese de Indicadores Sociais do Espírito Santo, observando a evolução decenal da série histórica, desagregados em três escalas territoriais: Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo, tendo como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os indicadores sobre domicílios mensuravam também aspectos socioeconômicos e geográficos como rendimento da população e situação domiciliar (rural/urbano).

Com a descontinuidade da PNAD, na presente Síntese, a principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o que permitiu ampliar as análises para outras escalas territoriais, ou seja, para além do território nacional, das regiões e das unidades federativas, com desagregações ao nível das regiões metropolitanas e dos municípios das capitais. Além disso, foi possível fornecer informações por grupos populacionais específicos, segundo cor ou raça, sexo e faixa etária.

De modo a acompanhar a evolução dos indicadores relacionados à moradia ao longo do tempo, os dados gerais analisados nesta publicação, a partir da PNAD Contínua, tem como base os anos de 2016 e 2017. Entretanto, para fins de análise por características demográficas, utilizou-se como referência o ano de 2017. Ademais, optou-se, a partir desse ano, pela publicação da Síntese em formato de cadernos temáticos ao longo do ano, sendo o presente caderno - Síntese dos Indicadores Sociais: análise das condições de moradia no Espírito Santo - a primeira publicação com este novo formato.

O presente caderno analisa as condições de moradia no Espírito Santo a partir de três conjuntos de indicadores, extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2017, do IBGE: (1) *Deficiências nas Condições de Moradia*, (2) *Acesso a Serviços de Saneamento Básico* e (3) *Presença de Bens Duráveis* e *Acesso à tecnologia.* O primeiro conjunto de indicadores, analisado na seção 2, refere-se a quatro tipos de inadequação nas condições de moradia: ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio, paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, domicílios excessivamente adensados e ônus excessivo com aluguel. O segundo conjunto de indicadores, analisados na seção 3, diz respeito à cobertura de três serviços de saneamento básico: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo. O último conjunto de indicadores, analisado na seção 4, diz respeito à presença de bens duráveis (telefone, geladeira, máquina de lavar roupa, carro e motocicleta) e ao acesso à tecnologia (internet, internet por microcomputador e internet por outro equipamento eletrônico).

INTRODUÇÃO

O direito à moradia é um direito social reconhecido pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988)[1]. O monitoramento das condições de moradia tem sido cada vez mais necessário para subsidiar a elaboração e aprimoramento de políticas públicas. Em sentido semelhante, programas e ações de organismos internacionais com foco na sustentabilidade do desenvolvimento, como por exemplo, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-HABITAT, também vêm promovendo o monitoramento dos indicadores relativos às condições de moradia.

O avanço da ordem jurídico-urbanística, preconizada pela CF/88, e posteriormente regulamentada pelo Estatuto da Cidade (EC-Lei nº 10.257/2001), estabeleceu como princípio o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana[2], o que favoreceu a política urbana de moradia. Nessa perspectiva, vários instrumentos de regulação do uso do solo foram criados com fins a uma justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes da urbanização, além de fortalecer a gestão democrática das cidades.

[1] A Emenda Constitucional nº 26/00 incluiu a moradia como um direito social no artigo 6º da CF /1988: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".
[2] O objetivo da política urbana do Estatuto da Cidade está estabelecido no Artigo 2ª das diretrizes gerais.

Segundo o IBGE (2017, p. 68), "além do acesso a rendimentos, a moradia é uma dimensão central para estudar as condições de vida da população". Nesse sentido, a PNAD Contínua passou a produzir, em 2016, dados a respeito das características dos domicílios, o que nos permite analisar mais objetivamente as condições de moradia no Brasil em suas várias dimensões e escalas territoriais.

Na perspectiva de conhecer a situação habitacional do Espírito Santo, a presente pesquisa analisa as condições de moradia a partir de três conjuntos de indicadores, extraídos da PNAD Contínua: (1) *Deficiências nas Condições de Moradia*, (2) *Acesso a Serviços de Saneamento Básico* e (3) *Presença de Bens Duráveis e Acesso à Tecnologia*. Esses conjuntos de indicadores foram estruturados em três seções específicas, da mesma forma denominadas. Nos três casos, os dados são analisados de forma geral e por características demográficas selecionadas por cor ou raça[3], sexo e faixa etária e em cinco escalas territoriais, a saber: Brasil, Sudeste, Espírito Santo, Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)[4] e Vitória.

Quanto à produção de dados, optou-se por adotar a mesma metodologia utilizada pelo IBGE na publicação "Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira" (IBGE, 2017), que permite a comparabilidade direta entre os resultados. Cabe destacar duas informações pertinentes: a primeira diz respeito à coleta de informações pela PNAD Contínua, que é realizada apenas em domicílios particulares permanentes[5]; a segunda é que na presente publicação foi utilizada como unidade de análise os moradores e não os domicílios (IBGE, 2017, p. 68).

> Assim, ao descrever a frequência de ocorrência de alguma condição de moradia, é utilizada a proporção da população residindo em domicílios com aquela característica e não a proporção dos domicílios com tal característica, como às vezes ocorre em outras publicações. As duas formas de análise são válidas, mas utilizar os indivíduos como unidade de análise permite um retrato mais apurado das condições de vida da população, além de permitir uma comparação mais direta com os indicadores dos outros temas da publicação (IBGE, 2017, p. 68).

O conjunto de indicadores analisado na segunda seção, Deficiências nas Condições de Moradia, refere-se a quatro tipos de inadequação nas condições de moradia: ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio, paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, domicílios excessivamente adensados e ônus excessivo com aluguel. Além disso, é analisada a ocorrência simultânea destas inadequações, ou seja, a presença de pelo menos uma ou mais inadequações acima referidas.[6]

[3] Para o recorte de cor ou raça não são apresentados resultados para amarelos e indígenas (IBGE, 2017).
[4] A Região Metropolitana da Grande Vitória foi instituída a partir da Lei Complementar nº58/1995, e é composta pelos seguintes municípios: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória. As LCs n° 159/1999 e 204/2001 incluíram Guarapari e Fundão, respectivamente.

[5] Não inclui, portanto, domicílios coletivos, como penitenciárias, asilos, hospitais, alojamentos, etc., nem domicílios particulares improvisados, como tendas, barracas ou estabelecimentos comerciais utilizados como moradia sem ter instalações para tanto (IBGE, 2017, p. 68).
[6] Alguns desses indicadores compõem as análises para definição do déficit habitacional, que tem por objetivo monitorar e direcionar ações no âmbito da habitação para famílias de baixa renda, com execução de políticas públicas voltadas à provisão e recuperação de moradias. No Brasil, a principal referência para a análise do quadro habitacional é a Fundação João Pinheiro (FJP) que, desde a década de 1990, conceitua e elabora a metodologia de cálculo do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios com base no Censo Demográfico do IBGE, ou pelos dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

O segundo conjunto de indicadores, analisados na terceira seção desta publicação – *Acesso a Serviços de Saneamento Básico*, diz respeito à cobertura de três serviços de saneamento básico: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo, não apenas individualmente, mas também de forma simultânea.

A Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) considera saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável[7], esgotamento sanitário[8], limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos[9] e drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas[10] (BRASIL, 2007). Os serviços de saneamento básico "são importantes fatores para a prevenção de doenças, mas deve-se levar em consideração também que em áreas pouco adensadas é adequada a utilização de soluções individuais de saneamento como poços artesianos e fossas sépticas" (IBGE, 2017, p. 69). Neste sentido, cabe ressaltar que nem sempre a ausência de rede de água ou esgoto indicará uma situação de precariedade (IBGE, 2017, p. 69).

Os dados de acesso aos serviços de saneamento apontam para o déficit em saneamento básico existente e são essenciais no planejamento, gestão, avaliação e monitoramento de políticas públicas voltados ao tema. Além disso, permitem o acompanhamento do cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), de modo a alcançar a universalidade. Importante ressaltar que a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, tem entre o seus princípios fundamentais: a universalização do acesso; a integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; dentre outras (BRASIL, 2007).

O direito ao saneamento básico pode ser considerado um direito social fundamental, embora não esteja expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, mas é contemplado de forma implícita, ao garantir o direito à cidade (e, por consequência, o direito à moradia adequada, à saúde, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, etc.) e à justiça social e ambiental. Desta forma, pode-se considerar o saneamento básico como parte integrante de um conjunto de serviços públicos indispensáveis à efetivação dos direitos sociais.

[7] Constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição (BRASIL, 2007).
[8] Constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente (BRASIL, 2007).
[9] Conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas (BRASIL, 2007).
[10] Conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas (BRASIL, 2007).

O último conjunto de indicadores, analisado na quarta seção deste estudo - Presença de Bens Duráveis e Acesso à Tecnologia, refere-se à disponibilidade de bens duráveis, no caso telefone, geladeira, máquina de lavar roupa, carro e motocicleta, e ao acesso à tecnologia (internet, internet por microcomputador e internet por outro equipamento eletrônico).

A disponibilidade de alguns bens duráveis tem "papel essencial para o bem-estar, como a existência de geladeira e máquina de lavar roupa (que tem papel, ademais, para a emancipação feminina)" (IBGE, 2017, p. 80). No que se diz respeito ao acesso à tecnologia, o acesso à internet é um serviço fundamental, que está relacionado ao exercício de direito e tem sido considerado por organizações internacionais, como a ONU, e por diversos governos, um elemento estratégico e uma ferramenta para o desenvolvimento social e econômico (SILVA, 2015, p. 169). Segundo Silva, a universalização do acesso à rede mundial de computadores com qualidade adequada é um horizonte obrigatório. Cabe ressaltar que um dos objetivos[11] da Agenda 2030[12] é "construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação", sendo que uma das suas metas[13] é "aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020" (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 28).[14]

[11] Objetivo 9 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
[12] A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. (NAÇÕES UNIDAS,2015).
[13] Meta 9.c da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
[14] Documento "Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".



2. Deficiências nas Condições de Moradia

Deficiências nas Condições de Moradia

Nesta seção são apresentados os indicadores sobre domicílios[15], observados no contexto do ano 2017. Conforme já mencionado, na metodologia adotada pelo IBGE, optou-se por construir os indicadores relacionados às condições de moradia utilizando como unidade de análise os moradores (pessoas) e não os domicílios. Assim, ao descrever a frequência de ocorrência de alguma condição de moradia, é utilizada a proporção da população residindo em domicílios com aquela característica e não a proporção dos domicílios com tal característica. As características da população são tratadas segundo três categorias de análise (sexo, cor ou raça e faixa etária). Para tanto, a metodologia em tela define conceitos para construção de indicadores relativos à habitação que possibilita comparar variações das condições de moradia por escalas territoriais e segundo características dos grupos populacionais. As análises foram organizadas em cinco escalas territoriais: Brasil, Sudeste e Espírito Santo, Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e a capital, Vitória.

O primeiro conjunto de indicadores analisado se refere a quatro tipos de inadequações nas condições de moradia, conforme a conceituação do IBGE (2017). A primeira inadequação é a "ausência de banheiro" ou sanitário de uso exclusivo dos moradores, o que pode significar que os moradores não têm acesso a nenhum tipo de instalação sanitária, ou ainda que dispõem apenas de instalações compartilhadas com moradores de outros domicílios – como acontece comumente em conjuntos de domicílios particulares do tipo cortiço, por exemplo. A segunda inadequação analisada ocorre quando as paredes externas do domicílio foram construídas predominantemente com material não durável – considera-se aqui, como não durável, a taipa não revestida e a madeira aproveitada, além de materiais classificados na categoria "outros". A terceira inadequação refere-se ao "adensamento excessivo", ou seja, a presença de um número de moradores superior ao que seria adequado ao domicílio. Em geral, corresponde aos domicílios com um número médio superior a três moradores por dormitório. A quarta inadequação analisada é o "ônus excessivo com aluguel", situação onde o valor do aluguel do domicílio iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. Todas essas quatro inadequações compõem os critérios atualmente sugeridos para a construção do indicador "inadequação de domicílios", onde há a presença de pelo menos uma ou mais das quatro inadequações referidas acima.

O indicador "ausência de banheiro exclusivo" apresenta baixos percentuais de ocorrência em todas as escalas territoriais. Entretanto, observa-se que a ocorrência do indicador é maior no Brasil do que em outras escalas territoriais aqui consideradas, com um aumento do percentual verificado entre os anos de 2016 e 2017, de 1,7% para 2,6%, respectivamente. No Espírito Santo e, em especial, na RMGV, os percentuais de ocorrência "ausência de banheiro exclusivo" são aproximados, porém, muito baixos (inferior a 1%), com redução da ocorrência da inadequação no ano de 2017 em relação ao ano anterior, passando de 0,3% para 0,2%, e de 0,4% para 0,1%, respectivamente no ES e na RMGV. Em 2017, tanto no Sudeste (0,3%) como na capital, Vitória (0,0%), os percentuais mantiveram-se os mesmos de um ano pra outro. Vale registrar que, Vitória não apresenta esta deficiência de moradia, sem nenhuma ocorrência nos referidos anos.

As duas primeiras inadequações – "ausência de banheiro" e "paredes externas não duráveis", apresentam no Brasil, no ano de 2017, percentuais de 2,6% e 1,3%, respectivamente. Ambas inadequações ocorrem no Brasil em maior proporção nas áreas menos urbanizadas e com menor rendimento médio, ou seja, nas unidades federativas da Região Norte. Considerando a inadequação "paredes externas não duráveis", o indicador apresenta baixíssima ocorrência em todas escalas territoriais consideradas. Em 2017, o Sudeste apresentou menor percentual do indicador "paredes externas não duráveis" dentre as demais escalas territoriais, com apenas 0,3% de ocorrência. Já no Espírito Santo, apesar do percentual baixo de 0,2% em 2016, houve um pequeno aumento do percentual de ocorrência em 2017, passando de 0,2% para 0,7% de ocorrência no estado. Segundo o IBGE (2017), as duas referidas inadequações tornam-se mais raras nas regiões metropolitanas e nos municípios das capitais. Porém, na RMGV, o indicador "paredes externas não duráveis" teve um aumento de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior, passando de 0,3% para 0,9% em 2017. Na capital, Vitória, o percentual manteve-se baixo nos dois anos, sendo a ocorrência de 0,4%, em 2017.

A terceira inadequação, o adensamento excessivo, é mais frequente no Brasil se comparado às demais escalas territoriais, com 5,9 % de ocorrência em 2017, bem similar ao percentual registrado para o Sudeste (5,8%). No Espírito Santo, a ocorrência é de 4,6% de pessoas residentes em domicílios adensados, porém, menor que o percentual apresentado para a RMGV (5,5%), em 2017. Na capital, Vitória, este indicador é ainda menor que a RMGV, com ocorrência de apenas 3,0% em 2017. Considerando a evolução no quadro comparativo entre os anos de 2016 e 2017, observa-se que houve um aumento do indicador "adensamento excessivo" em todas as escalas territoriais, sendo que as maiores variações percentuais ocorreram no contexto estadual, nas três escalas territoriais. No Espírito Santo, o indicador passou de 3,8% para 4,6%, com destaque para a RMGV, que passou de 3,9% para 5,5% em 2017, e a capital, Vitória, cujo percentual evoluiu de 0,9% para 3,0%, em 2017. Essa inadequação talvez se explique pelo fato do alto custo da terra urbana e limitados recursos da população de baixa renda para construção de mais cômodos no domicílio.

O indicador "ônus excessivo de aluguel" é um dos mais frequentes das componentes que contemplam o déficit habitacional. Verifica-se que, em 2017, a ocorrência para o Brasil foi de 4,9%,

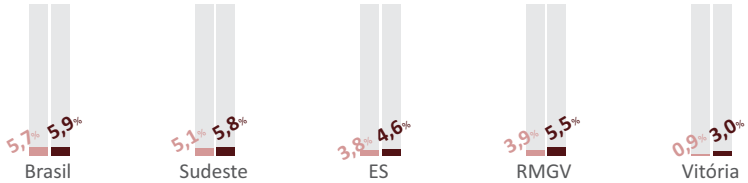
[15] O domicílio é definido como local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos, destinado à habitação de uma ou mais pessoas, cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência (PNAD, 2013).

Deficiências nas Condições de Moradia

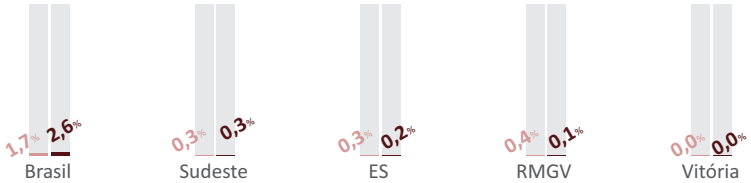
sendo que, comparativamente, a ocorrência foi maior para o Sudeste (6,3%), seguido da RMGV (6,0%) e, Vitória (5,4%). A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) apresentou o maior aumento percentual quanto à inadequação "ônus excessivo com aluguel", com variação de 1,5 p.p., passando de 4,5% para 6,0%, em 2017.

Considerando o indicador "inadequações de moradia", que se refere a uma ou mais inadequações, a ocorrência em 2017, é maior para o Brasil, com 13,0%, seguido do Sudeste e da RMGV, com 11,7% e 11,6% respectivamente. Em relação ao contexto estadual, a ocorrência é maior para a RMGV, com 11,7%, sendo que no estado do Espírito Santo o percentual é de 9,5%, seguido de Vitória (8,5%). No quadro comparativo do contexto estadual, considerados os anos de 2016 e 2017, a maior variação percentual ocorreu no município de Vitória, com 2,2 p.p., passando de 6,3% para 8,5%.

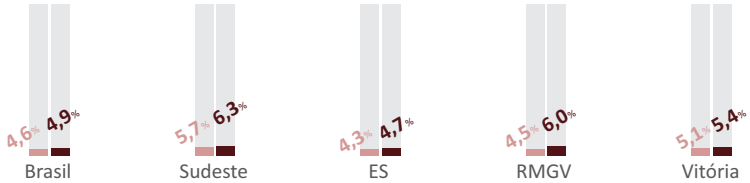
Domicílios Excessivamente Adensados – 2016/2017



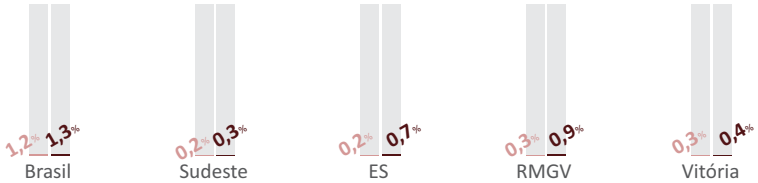
Ausência de Banheiro – 2016/2017



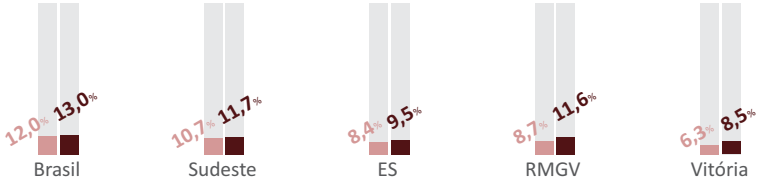
Ônus Excessivo com Aluguel – 2016/2017



Paredes Externas Materiais Não Duráveis – 2016/2017



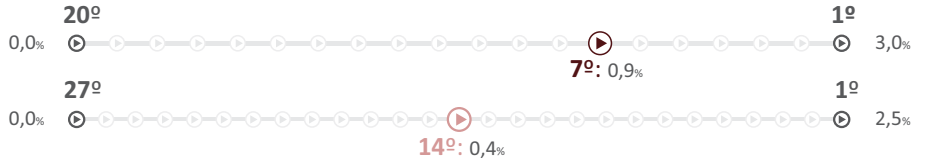
Inadequação de Moradias – 2016/2017



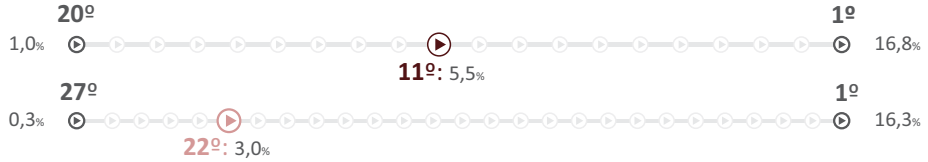
Ausência de Banheiro – **RMGV** | Vitória



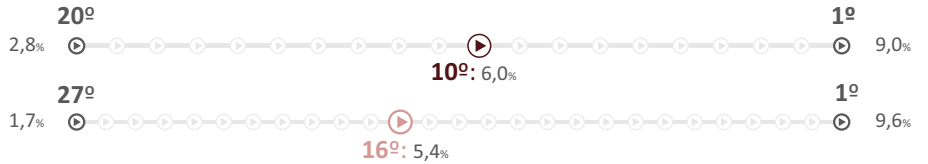
Paredes Externas Materiais Não Duráveis – **RMGV** | Vitória



Domicílios Excessivamente Adensados – **RMGV** | Vitória



Ônus Excessivo com Aluguel – **RMGV** | Vitória



Inadequação de Moradias – **RMGV** | Vitória



Se analisarmos o contexto das vinte regiões metropolitanas do Brasil (RMs), em 2017, observa-se que a RMGV, no cômputo geral, está posicionada na média do ranking[16] dos indicadores relativos aos tipos de inadequações das condições de moradia, com exceção do indicador "ausência de banheiro exclusivo". Neste indicador, a RMGV apresenta 16ª posição no ranking, um resultado favorável em relação às demais RMs, com percentual de apenas 0,1%, ou seja, pouco expressivo. Quanto ao indicador "paredes externas não duráveis", a RMGV ocupa a 7ª posição, com 0,9% de ocorrência. No indicador "domicílios adensados", a RMGV ocupa a 11ª posição, com 5,5%; em ônus excessivo com aluguel ocupa a 10ª posição, com 6,0% e, em "inadequações de moradia" está na 12ª posição do ranking, com 11,6% de ocorrência (ver Anexo I).[17]

Quanto à capital, Vitória, não existe ocorrência para os indicadores "domicílio sem banheiro exclusivo" (0,0%) e, para os domicílios com "paredes externas não duráveis", o percentual é de apenas 0,4%, ocupando a 21ª e a 14ª posição no ranking entre as capitais, respectivamente. Nas demais inadequações, os percentuais de ocorrência são pouco maiores, relativamente. Na inadequação "domicílios adensados", Vitória ocupa a 22ª posição, com 3,0%; em "ônus excessivo com aluguel" ocupa a 16ª posição, com 5,4%; e, por fim, a ocorrência do indicador "domicílios com inadequações de moradia" é de 8,5%, em Vitória, ocupando a 21ª posição.

[16] Para o ranking das Regiões Metropolitanas (RMs) e capitais, optou-se por adotar a metodologia utilizada no Portal Atlas Brasil (PNUD; IPEA; FJP, 2017). Quando há ocorrência de percentuais iguais para territórios distintos, repete-se a mesma posição no ranking, e a partir daí, inicia-se novamente a contagem. Por exemplo, se três RMs tem a mesma posição 16º, de forma subsequente, a próxima RM terá a posição 19º. Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking. Acesso em 20/06/2018.

[17] O ranking completo das Regiões Metropolitanas e Capitais, por indicador, encontra-se no Anexo I.

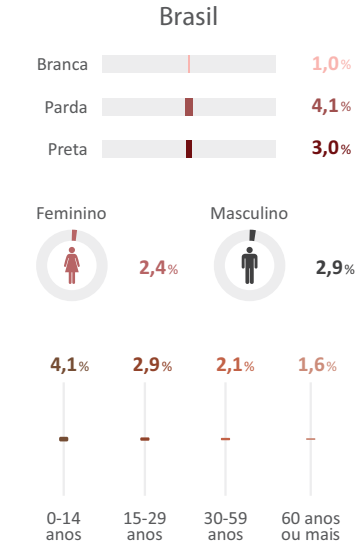
Deficiências nas Condições de Moradia – **Ausência de Banheiro**

A partir daqui, seguiremos com a análise das inadequações de moradia desagregadas pelas características da população, segundo cor ou raça, sexo e faixa etária. Os dados do indicador "domicílios com ausência de banheiro", mostram que o indicador é muito pouco frequente em todas as escalas territoriais.

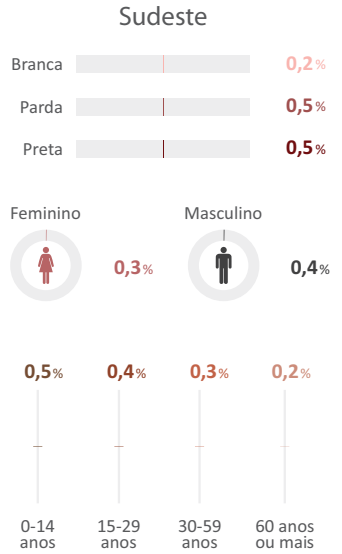
Ao analisar o indicador segundo cor ou raça, observa-se que no Brasil, o percentual é maior para a cor ou raça parda (4,1%), sendo que no Sudeste o indicador é maior para a cor ou raça parda e preta, posto que ambas as raças apresentam percentuais iguais a 0,5%. No Espírito Santo, o percentual de ocorrência é maior para a cor ou raça preta, com 0,4%. Na RMGV, o indicador é muito pouco expressivo, cujo percentual de ocorrência é maior para a cor ou raça parda (0,2%). Em Vitória, não existe ocorrência do referido indicador.

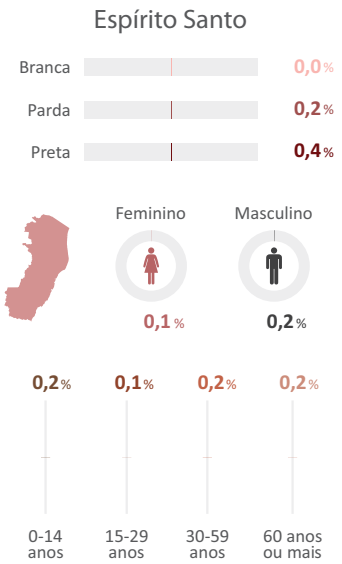
Quanto ao sexo, considerando as escalas territoriais analisadas, o percentual de ocorrência de "domicílios sem banheiro exclusivo" é maior para o sexo masculino, com exceção de Vitória, onde inexiste esta inadequação. No Brasil, o percentual é de 2,9% para os homens e 2,4% para as mulheres. No Espírito Santo e na RMGV, o percentual de ocorrência é de 0,2% para os homens, e de 0,1% para as mulheres. Em Vitória, não existe esta inadequação para ambos os sexos.

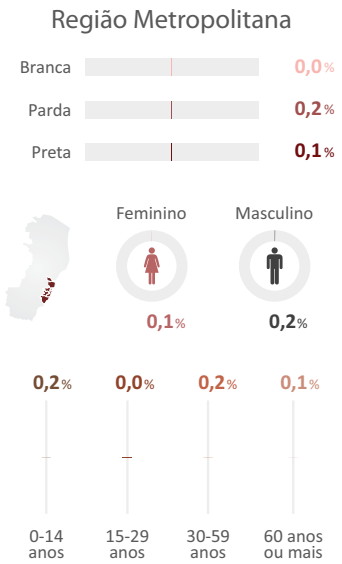
Em relação à faixa etária, o maior percentual para o indicador "ausência de banheiro exclusivo" é observado na faixa de 0 a 14 anos, em todas as escalas territoriais. No Brasil, 4,1% das crianças entre 0 e 14 anos residem em domicílios sem banheiro exclusivo, e no Sudeste apenas 0,5% de 0 a 14 anos não tem banheiro exclusivo. A faixa de 15 a 29 anos apresenta a segunda maior ocorrência, tanto para o Brasil (2,9%) como para o Sudeste, com 0,4%. No Espírito Santo e na RMGV, as faixas de 0 a 14 anos e 30 a 59 anos se equivalem na proporção de maior ocorrência do indicador, com percentual de 0,2% em ambos os territórios.

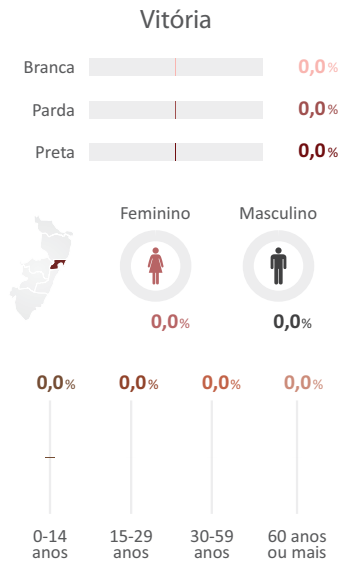




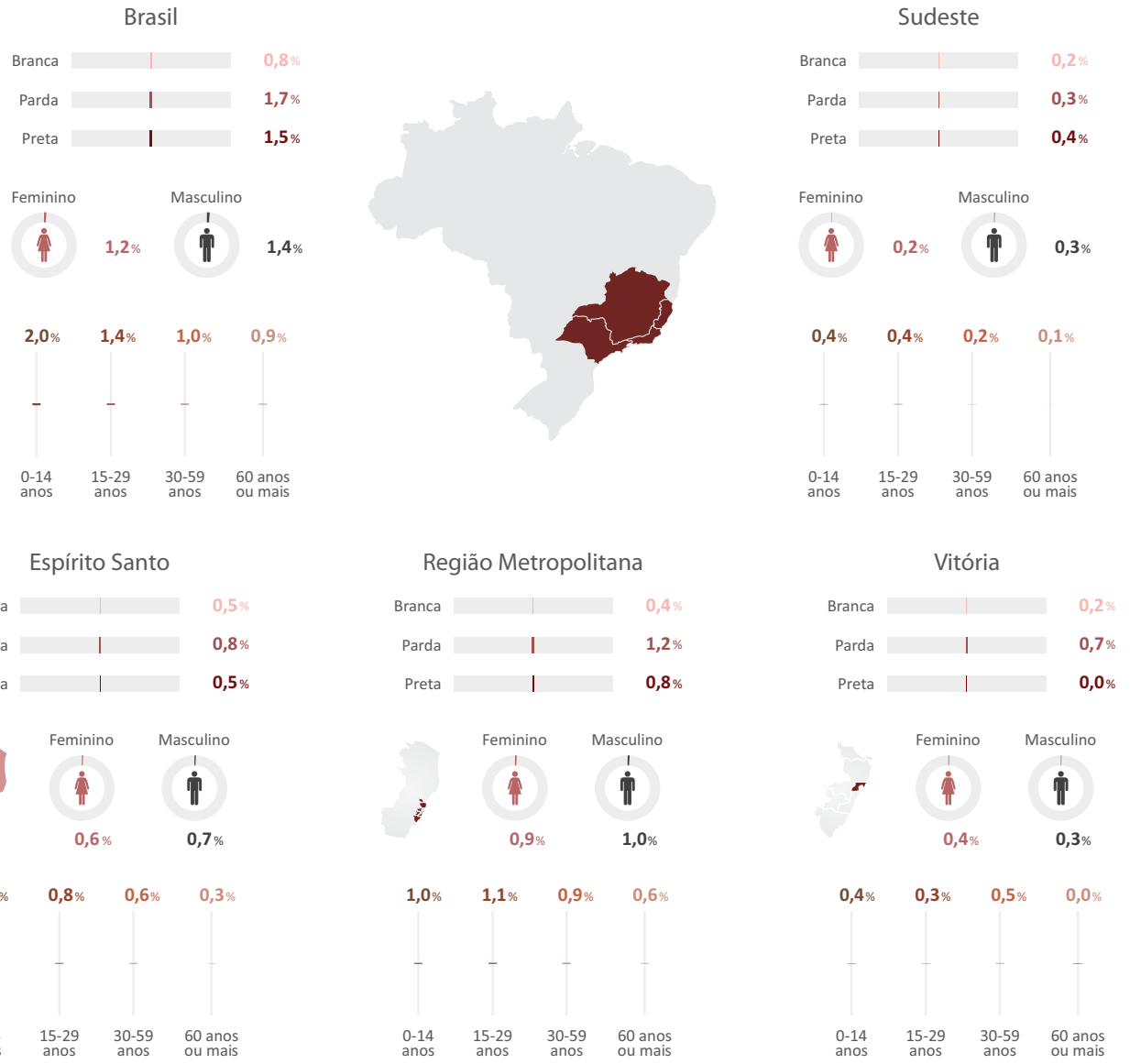








Deficiências nas Condições de Moradia – **Paredes Externas Materiais Não Duráveis**



O indicador de domicílios com "paredes externas não duráveis" apresenta pouca ocorrência em todas as escalas territoriais. No Brasil, os percentuais de ocorrência são maiores na cor ou raça parda (1,7%) e, sequencialmente, na cor ou raça preta (1,5%). No Sudeste, apesar da ocorrência pouco expressiva, destaca-se o percentual da cor ou raça preta (0,4%). No contexto estadual, a ocorrência do indicador no Espírito Santo é maior para cor ou raça parda (0,8%). Do mesmo modo, a RMGV apresenta maior percentual na cor ou raça parda (1,2%), seguida pela cor ou raça preta (0,8%). Em Vitória, o percentual de ocorrência é maior na cor ou raça parda (0,7%).

Quanto ao sexo, o indicador mostra que a ocorrência é maior entre os homens, em todas as escalas territoriais, com exceção de Vitória, onde a ocorrência é maior entre as mulheres. No Brasil, o percentual é de 1,4% para homens e 1,2% para as mulheres. O percentual de ocorrência do indicador é maior entre os homens nos demais territórios considerados, conforme seja: Sudeste (0,3%), Espírito Santo (0,7%) e RMGV (1,0%). No entanto, em Vitória, 0,4% das mulheres residem em domicílios com "paredes externas não duráveis".

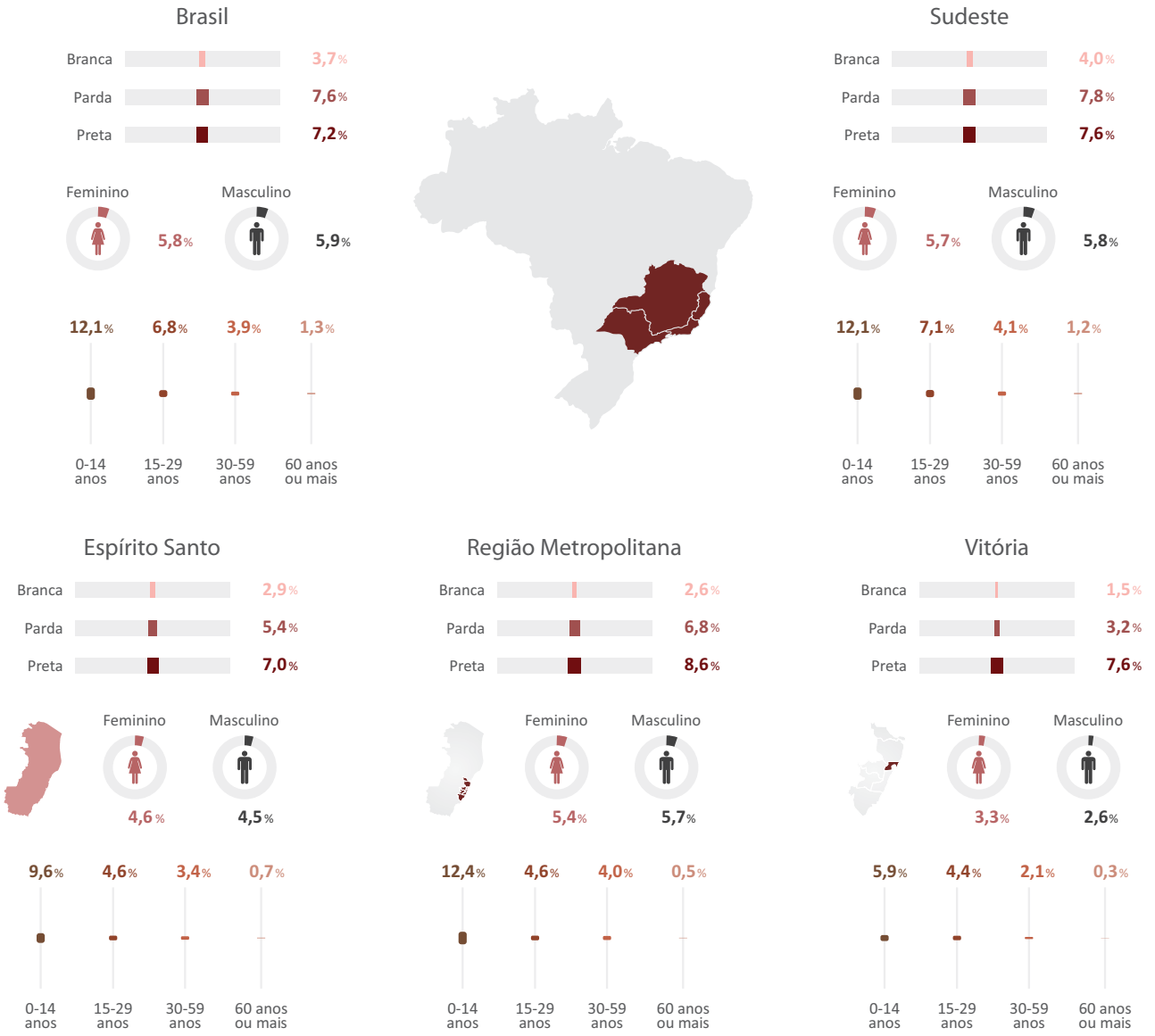
A faixa etária que apresenta o maior percentual no Brasil, Sudeste e Espírito Santo é a de 0 a 14 anos, com percentuais de 2,0%, 0,4% e 0,9%, respectivamente. A RMGV apresenta o indicador com percentual maior para a faixa de 15 a 29 anos (1,1%). Já na capital, Vitória, o percentual de ocorrência é maior para a faixa etária de 30 a 59 anos (0,5%).

Deficiências nas Condições de Moradia – **Domicílios Excessivamente Adensados**

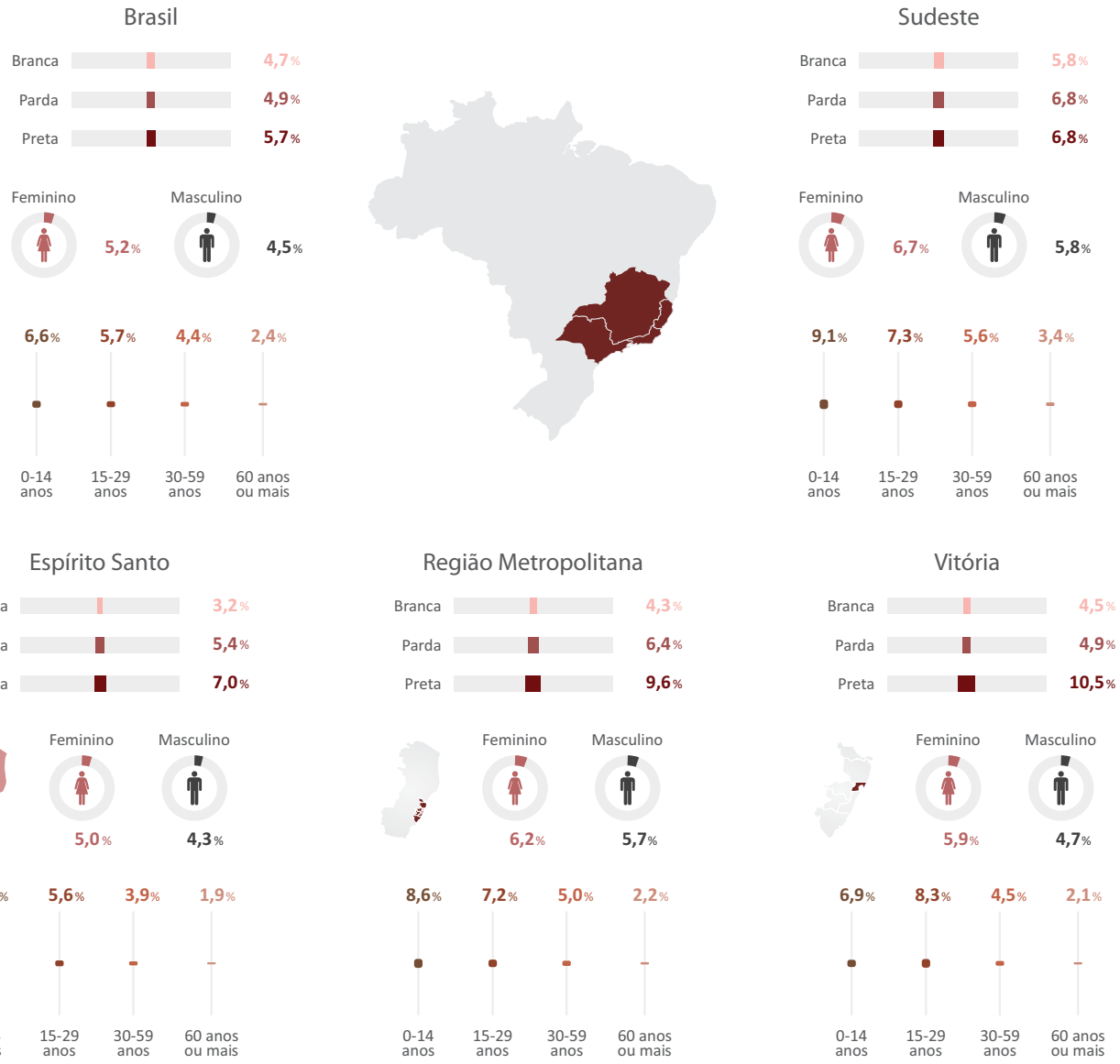
Os percentuais de ocorrência para deficiências nas condições de moradia aumentam quando considerado o indicador "domicílios excessivamente adensados". No Brasil, 7,6% das pessoas de cor parda residem em domicílios excessivamente adensados, e no Sudeste também prevalece o percentual maior para a cor ou raça parda (7,8%). No contexto estadual, a ocorrência do referido indicador é maior na cor ou raça preta, consideradas as três escalas: Espírito Santo (7,0%), RMGV (8,6%) e Vitória (7,6%). O segundo maior percentual do indicador no contexto estadual refere-se à cor ou raça parda: ES (5,4%), RMGV (6,8%), e Vitória (3,2%).

Quanto ao sexo, no Brasil e no Sudeste, o maior percentual do indicador refere-se ao sexo masculino, com 5,9% e 5,8%, respectivamente. No contexto estadual, o maior percentual do indicador refere-se ao sexo feminino, tanto no Espírito Santo (4,6%) quanto em Vitória (3,3%). No entanto, a RMGV apresenta um percentual maior entre os homens (5,7%). Vale registrar que, a diferença percentual dos homens em relação às mulheres, é pouco representativo em quase todas as escalas territoriais, em torno de 0,1p.p, com exceção da RMGV e Vitória. Na RMGV, esta diferença é de 0,3 p.p. e, em Vitória, é de 0,7 p.p. superior na ocorrência entre as mulheres (3,3%) do que entre os homens (2,6%).

O indicador "domicílios excessivamente adensados" apresenta ocorrência maior na faixa etária de 0 a 14 anos, em todas as escalas territoriais: Brasil (12,1%), Sudeste (12,1%), Espírito Santo (9,6%), RMGV (12,4%) e Vitória (5,9%). De modo subsequente, o segundo maior percentual refere-se à faixa etária de 15 a 29 anos, considerando todas as escalas territoriais: Brasil (6,8%), Sudeste (7,1%), Espírito Santo (4,6%), RMGV (4,6%) e Vitória (4,4%). A concentração do indicador na faixa etária mais jovem, portanto, mais vulnerável, exige maior atenção na política pública de habitação.



Deficiências nas Condições de Moradia – **Ônus Excessivo com Aluguel**



O indicador de domicílios "ônus excessivo com aluguel" é considerado um dos mais frequentes na composição do déficit habitacional. Analisando o quadro relativo à cor ou raça, verifica-se que o contexto nacional difere do estadual. No Brasil, o maior percentual refere-se à cor ou raça preta (5,7%), sendo que no Sudeste, a cor ou raça preta iguala à cor ou raça parda no percentual de ocorrência, ambas com 6,8%. No contexto estadual, o indicador é maior na cor ou raça preta em todas as escalas territoriais: Espírito Santo (7,0%), RMGV (9,6%) e Vitória (10,5%), sendo que Vitória destaca-se pelo maior percentual de ocorrência. A segunda maior ocorrência é observada na cor ou raça parda, sendo no Espírito Santo (5,4%), RMGV (6,4%) e Vitória (8,3%).

Considerando a ocorrência do indicador segundo o sexo, o percentual de ocorrência é maior no sexo feminino em todas as escalas territoriais: Brasil (5,2%), Sudeste (6,7%), Espírito Santo (5,0%), RMGV (6,2%) e Vitória (5,9%).

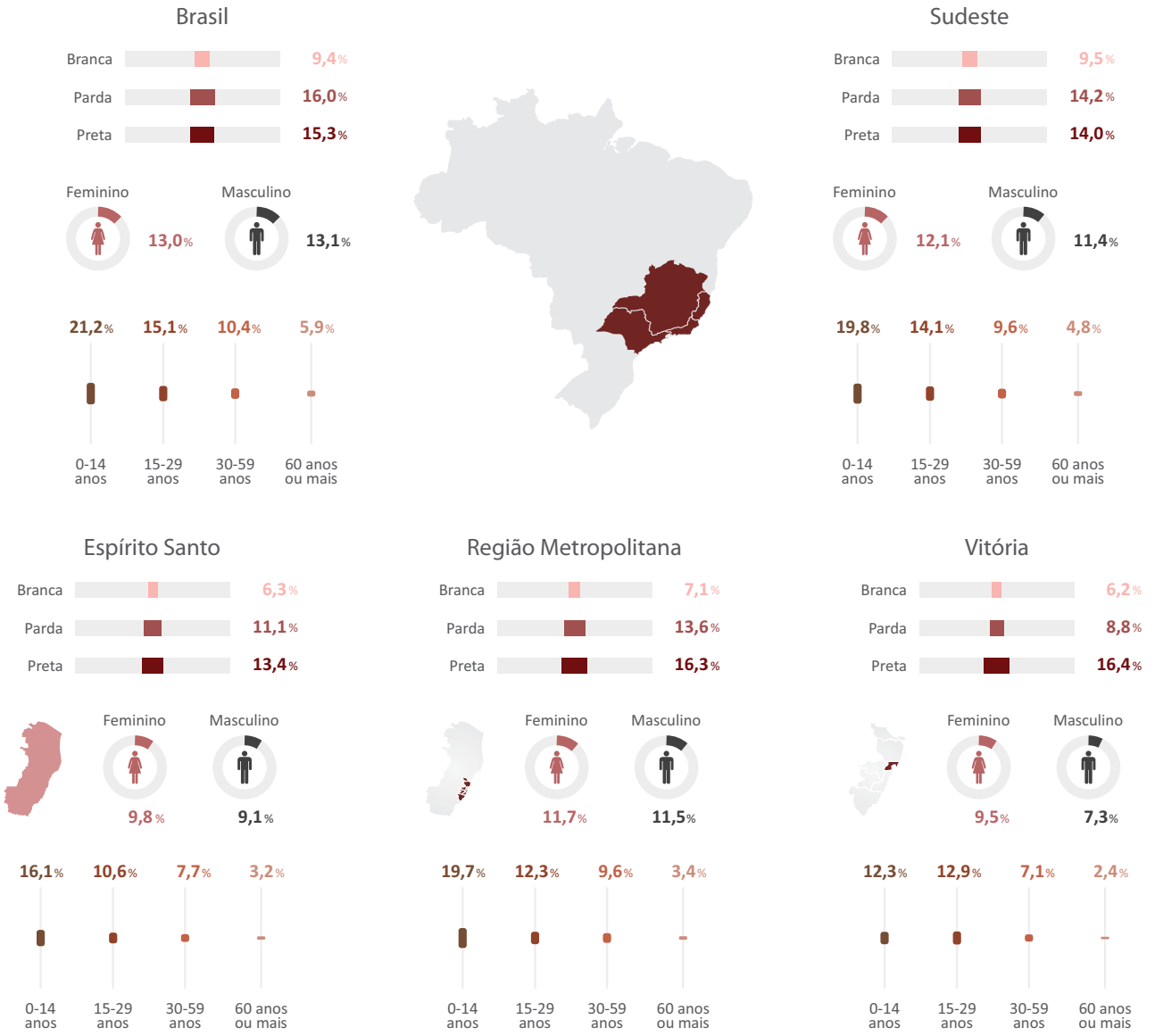
A análise dos dados quanto à faixa etária mostra que, a ocorrência do indicador "ônus excessivo com aluguel", é maior na faixa etária de 0 a 14 anos em todas as escalas territoriais, com exceção de Vitória, cujo maior percentual refere-se à faixa de 15 a 29 anos (8,3%), conforme seja: Brasil (6,6%), Sudeste (9,1%), Espírito Santo (7,1%) e RMGV (8,6%). No contexto nacional, o maior percentual é para o Sudeste com 9,1%. No contexto estadual, a RMGV apresenta o maior percentual de ocorrência na faixa etária de 0 a 14 anos do estado, com 8,6%.

Deficiências nas Condições de Moradia – **Inadequação de Moradias**

O indicador de domicílios "inadequação de moradias", significa dizer que o domicílio apresenta pelo menos uma ou mais inadequação de moradia referente às quatro apresentadas nesta seção. Analisando as cinco escalas territoriais, segundo cor ou raça, observa-se que o maior percentual de inadequação no contexto nacional refere-se à cor ou raça parda: Brasil, com 16,0%, e, Sudeste com 14,2%. Entretanto, no contexto estadual, o maior percentual do indicador é observado na cor ou raça preta em todas as escalas territoriais: Espírito Santo (13,4%), RMGV (16,3%), e em Vitória (16,4%). Observa-se que a capital, Vitória, apresenta o maior percentual de pessoas da cor ou raça preta residindo em domicílio com inadequação de moradias.

Quanto à característica relativa ao sexo, a inadequação de moradia no Brasil apresenta uma diferença percentual pouco significativa entre os sexos masculino (13,1%) e feminino (13,0%). No Sudeste, o percentual é maior para o sexo feminino (12,1%). No contexto estadual, o percentual de ocorrência é maior para o sexo feminino em todas as escalas: Espírito Santo (9,8%), RMGV (11,7%), e em Vitória (9,5%).

Se considerarmos a inadequação de moradia por faixa etária, observa-se maior percentual do indicador na faixa de 0 a 14 anos, tanto no contexto nacional (Brasil: 21,2%; Sudeste: 19,8%) quanto no contexto estadual (Espírito Santo: 16,1%; RMGV 19,7%), com exceção de Vitória, cuja ocorrência mais frequente é na faixa de 15 a 29 anos (12,9%). A segunda maior ocorrência do indicador nas diferentes escalas territoriais consideradas, com exceção de Vitória, ocorre na faixa etária de 15 a 29 anos.





3. Acesso a Serviços de Saneamento Básico

Acesso a Serviços de Saneamento Básico

O conjunto de indicadores aqui analisado diz respeito à cobertura de três serviços de saneamento básico, a saber: abastecimento de água por rede geral de distribuição, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial e coleta direta ou indireta de lixo. A ocorrência destes serviços de saneamento é estruturada e analisada tanto individualmente quanto de forma simultânea. É fato notório que os serviços de saneamento básico, principalmente quando ocorrem de forma simultânea, são importantes fatores para a prevenção de doenças.

Entre 2016 e 2017, apenas no Sudeste houve aumento na proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com acesso ao abastecimento de água por rede geral de distribuição, ainda que pouco significativo (92,2% e 92,4%, respectivamente). Por outro lado, no Espírito Santo e na RMGV, houve uma redução sutil no mesmo período, com 0,2 p.p. (de 85,8% para 85,6%) e 0,3 p.p (de 98,0% para 97,7%), respectivamente. Brasil e Vitória mantiveram-se com a mesma proporção, sendo que a capital já alcançou a universalização. Considerando as demais escalas territoriais, a RMGV é a que está mais próxima de universalizar este serviço (97,7% em 2017). Em 2017, o percentual de cobertura de abastecimento de água do ES (85,6%) é maior que a do Brasil (84,9%), e menor que a do Sudeste (92,4%).

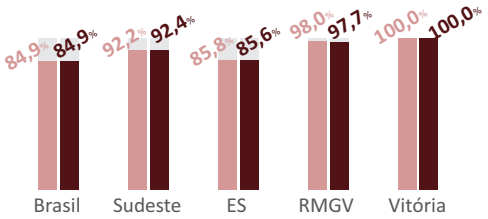
Quanto ao esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, entre 2016 e 2017, houve aumento no Brasil (de 63,7% para 64,1%), na RMGV (de 89,1% para 89,7%) e em Vitória (de 99,1% para 99,8%), enquanto que no Sudeste (de 88,7% para 88,5%) e no ES (de 77,9% para 77,6%) houve ligeira redução. Em 2017, Vitória se destaca por apresentar a maior proporção de pessoas com acesso ao esgotamento sanitário, estando muito próxima da universalização (99,8%). Por outro lado, o Brasil apresenta o indicador menos satisfatório do conjunto (64,1%). Conforme o caso anterior, o percentual de cobertura de esgotamento sanitário do ES (77,6%) é maior apenas em relação ao Brasil.

No período entre 2016 e 2017, apenas o município de Vitória sofreu redução na proporção de pessoas com acesso à coleta direta ou indireta de lixo, de 100,0% para 98,6%. Com relação às demais escalas territoriais, o maior aumento percentual foi verificado na RMGV, que passou de 98,0% para 98,6%. Em 2017, a RMGV e Vitória apresentam o indicador mais satisfatório, ambos com 98,6%, enquanto que o Brasil apresenta o indicador menos satisfatório do conjunto (90,0%). O percentual de cobertura de coleta de lixo do ES (91,0%) é maior apenas em relação ao Brasil. Considerando os três serviços de saneamento até aqui analisados, a coleta direta ou indireta é o que está mais próximo da universalização, em todas as escalas territoriais.

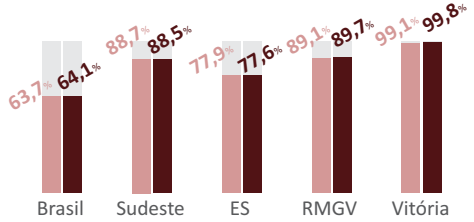
[15] O domicílio é definido como local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos, destinado à habitação de uma ou mais pessoas, cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência (PNAD, 2013).

Considerando a proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, entre 2016 e 2017 houve aumento apenas no Brasil (de 62,1% para 62,4%). Por outro lado, houve pequena redução no Espírito Santo (de 76,8% para 76,2%), na RMGV (de 88,6% para 88,1%) e em Vitória (de 99,1% para 98,5%). O percentual da Região Sudeste manteve-se estável no mesmo período (87,0%). Em 2017, Vitória é quem mais se aproxima da universalização do acesso simultâneo aos três serviços de saneamento dentre todas as escalas territoriais analisadas.

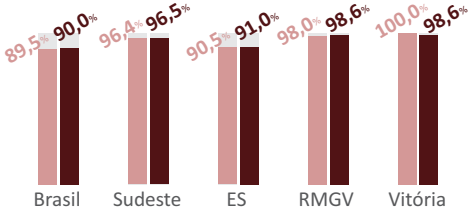
Abastecimento de Água – 2016/2017



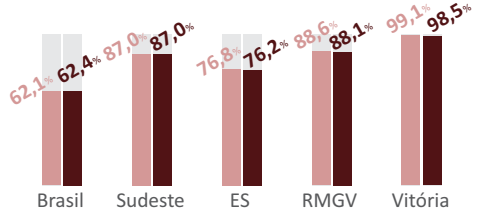
Esgotamento Sanitário – 2016/2017



Coleta de Lixo – 2016/2017



Acesso Simultâneo aos Três Serviços – 2016/2017



Acesso a Serviços de Saneamento Básico – Ranking RMGV e Vitória

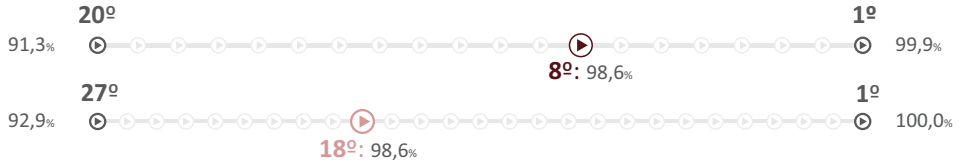
Abastecimento de Água – RMGV | Vitória



Esgotamento Sanitário – RMGV | Vitória



Coleta de Lixo – RMGV | Vitória



Acesso Simultâneo aos Três Serviços – RMGV | Vitória



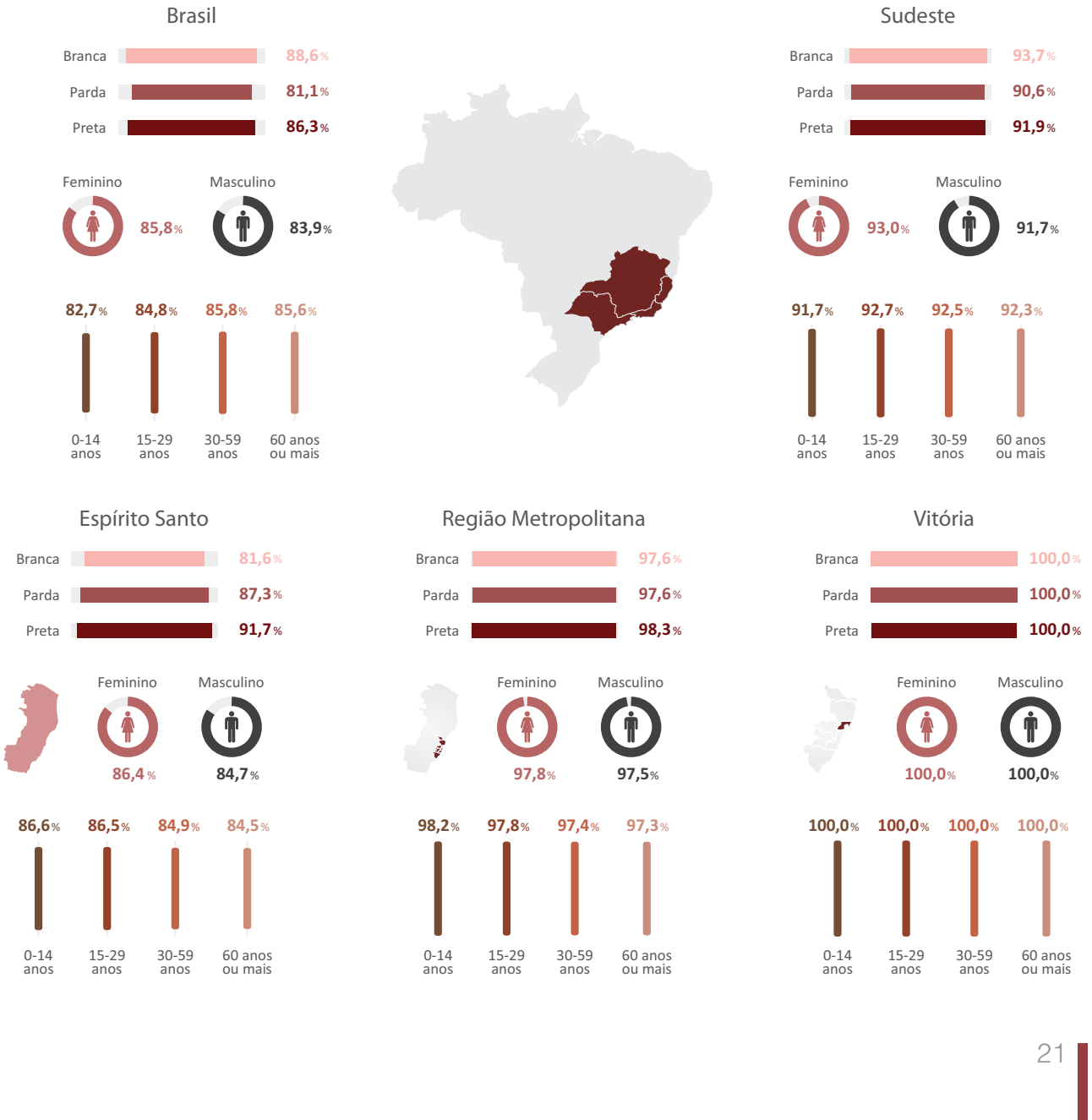
Tanto a RMGV quanto o município de Vitória se destacam no contexto nacional, considerando, respectivamente, as Regiões Metropolitanas e as capitais brasileiras. A RMGV encontra-se na 5ª posição em abastecimento de água por rede geral de distribuição entre as vinte Regiões Metropolitanas analisadas pelo IBGE; na 6ª em esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial; na 8ª classificação em coleta direta ou indireta de lixo; e na 5ª em acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico. Os resultados apresentados por Vitória são ainda mais satisfatórios, comparativamente às demais capitais brasileiras. A capital do ES é a 1ª em abastecimento de água (juntamente com Aracaju e Belo Horizonte, todas com 100,0% de cobertura) e esgotamento sanitário; e a 3ª em acesso simultâneo aos três serviços de saneamento. Quanto à coleta direta ou indireta de lixo, Vitória não aparece bem posicionada, mesmo com percentual de 98,6%. A maioria das capitais apresentam elevados percentuais de atendimento de coleta de lixo.

Acesso a Serviços de Saneamento Básico – **Abastecimento de Água**

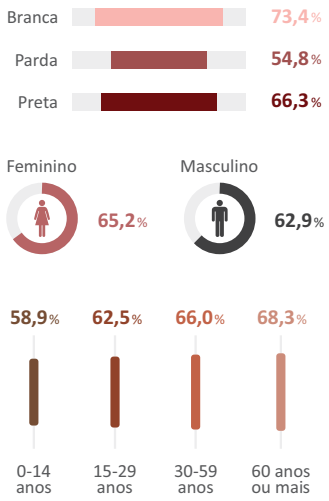
Analisando o indicador de abastecimento de água por rede geral de distribuição, não é observada grande variação de ocorrência entre as características de cor ou raça, considerando as cinco escalas territoriais. No Brasil e no Sudeste, o maior percentual de atendimento refere-se à cor ou raça branca: 88,6% e 93,7%, respectivamente. O menor percentual de ocorrência para ambos territórios, refere-se à cor ou raça parda: Brasil (81,1%) e Sudeste (90,6%). No Espírito Santo e na RMGV, o maior percentual de acesso ao serviço é para a cor ou raça preta, com 91,7% e 98,3%, respectivamente. No Espírito Santo, o menor percentual de acesso ao serviço é a cor ou raça branca (81,6%). Na RMGV, o percentual de ocorrência é igual, tanto para cor ou raça branca como para a parda (97,6%). Em Vitória, como o serviço já foi universalizado, todas as categorias de cor ou raça, sexo e faixa etária totalizam 100,0% de atendimento.

Quanto ao sexo, em todas as escalas territoriais analisadas o percentual de atendimento é um pouco superior entre as mulheres, com exceção de Vitória, que já universalizou o serviço para ambos os sexos. No Brasil, 85,8% das mulheres e 83,9% dos homens tem acesso ao abastecimento de água. No Sudeste, o percentual para o sexo feminino e masculino é de 93,0% e 91,7%; no ES, de 86,4% e 84,7%; e na RMGV, de 97,8% e 97,5%, todos respectivamente.

Em relação à faixa etária, também não é observada grandes diferenças entre as quatro faixas de idade analisadas, considerando todas as escalas territoriais. No Brasil, o maior e o menor percentual de atendimento referem-se às faixas de 30 a 59 anos (85,8%) e 0 a 14 anos (82,7%), respectivamente. No Sudeste, o padrão se repete: o maior e o menor percentual referem-se às faixas de 30 a 59 anos (92,5%) e 0 a 14 anos (91,7%). No ES, o maior e o menor percentual referem-se às faixas de 0 a 14 anos (86,6%) e 60 anos ou mais (84,5%). O mesmo ocorre na RMGV: o maior e o menor percentual corresponde às faixas de 0 a 14 anos (98,2%) e 60 anos ou mais (97,3%).

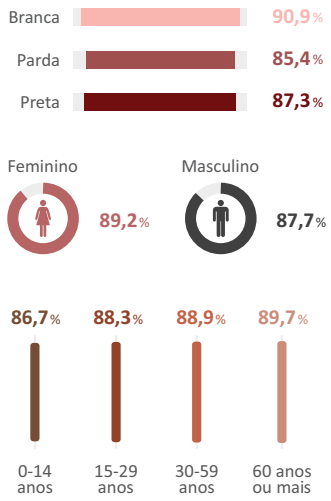


Brasil

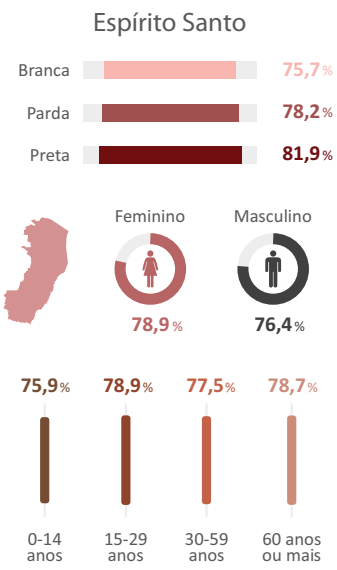




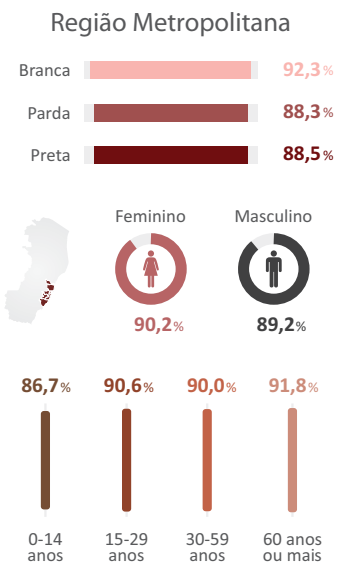
Sudeste



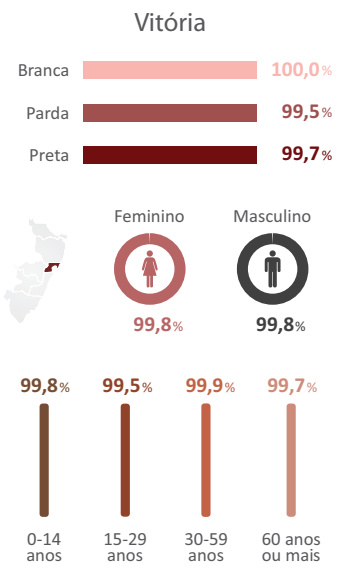
Espírito Santo



Região Metropolitana



Vitória



Ao analisar o indicador de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, segundo cor ou raça, no Brasil, o maior percentual de atendimento refere-se à cor ou raça branca (73,4%), enquanto que o menor percentual de acesso ao serviço é na cor ou raça parda (54,8%). No Sudeste, o maior percentual refere-se à cor ou raça branca (90,9%), e o menor percentual refere-se à cor ou raça parda (85,4%); no ES, o maior percentual de acesso ao serviço é a cor ou raça preta (81,9%), e o menor percentual é a cor ou raça branca (75,7%); e na RMGV, a cor ou raça branca (92,3%) é a que tem mais acesso ao serviço, sendo que a parda, o menor acesso (88,3%). Em Vitória, o serviço foi universalizado apenas para a cor ou raça branca (100%), e de forma subsequente, a raça ou cor preta (99,7%) e parda (99,5%).

No que se refere ao sexo, em todas as escalas territoriais analisadas o percentual de atendimento é um pouco superior entre as mulheres, com exceção de Vitória, que apresenta percentuais iguais para ambos os sexos (99,8%). No Brasil, 65,2% das mulheres e 62,9% dos homens tem acesso ao esgotamento sanitário. No Sudeste, o percentual para o sexo feminino e masculino é de 89,2% e 87,7%; no ES, de 78,9% e 76,4%; e na RMGV, de 90,2% e 89,2%, todos respectivamente.

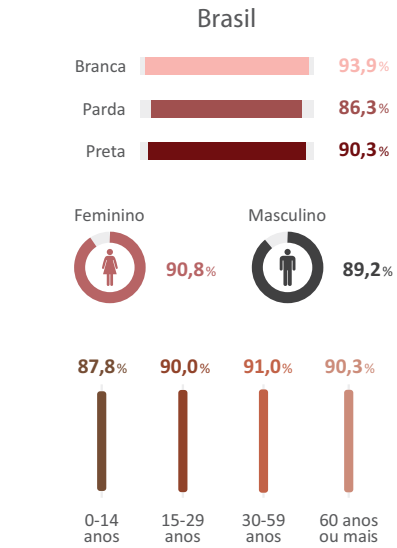
No Brasil, o maior e o menor percentual de atendimento referem-se às faixas etárias de 60 anos ou mais (68,3%) e 0 a 14 anos (58,9%), respectivamente. O mesmo ocorre no Sudeste e na RMGV: o maior e o menor percentual referem-se às faixas de 60 anos ou mais (89,7% e 91,8%, respectivamente) e 0 a 14 anos (em ambos representam 86,7%). No ES, o maior e o menor percentual referem-se às faixas de 15 a 29 anos (78,7%) e 0 a 14 anos (75,9%).

Acesso a Serviços de Saneamento Básico – **Coleta de Lixo**

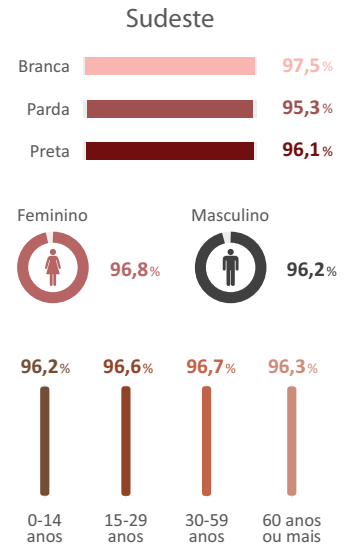
Considerando o indicador de coleta direta ou indireta de lixo, segundo cor ou raça, não é observado resultados muito distintos entre as escalas territoriais analisadas. No Brasil, o maior e o menor percentual de atendimento referem-se, respectivamente, à cor ou raça branca (93,9%) e parda (86,3%); no Sudeste, à cor ou raça branca (97,5%) e parda (95,3%); no ES, à cor ou raça preta (94,8%) e branca (89,3%); na RMGV, à cor ou raça branca (99,2%) e parda (98,2%); e em Vitória, à cor ou raça branca (99,7%) e preta (96,1%).

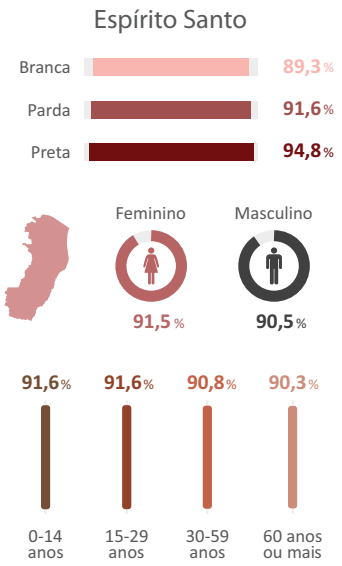
Em relação ao sexo, o percentual de atendimento é um pouco superior entre as mulheres em todas as escalas territoriais, com exceção da RMGV, que apresenta percentuais iguais para ambos os sexos (98,6%). No Brasil, 90,8% das mulheres e 89,2% dos homens têm acesso à coleta de lixo. No Sudeste, o percentual para o sexo feminino e masculino é de 96,8% e 96,2%; no ES, de 91,5% e 90,5%; e em Vitória, de 98,8% e 98,3%, todos respectivamente.

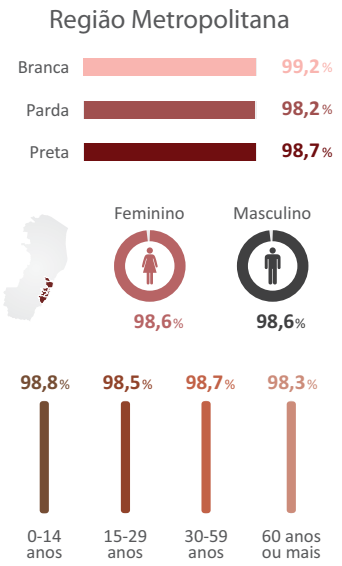
De modo geral, não há disparidade de resultados entre as faixas etárias nas cinco escalas territoriais analisadas. No Brasil, o maior e o menor percentual de atendimento referem-se às faixas de 30 a 59 anos (91,0%) e 0 a 14 anos (87,8%), respectivamente. O mesmo ocorre no Sudeste, sendo os percentuais de 96,7% e 96,2%, respectivamente. No ES, o maior percentual refere-se à faixas de 0 a 14 anos e 15 a 29 anos (ambas representam 91,6%) e o menor à faixa de 60 anos ou mais (90,3%). Na RMGV, o maior e o menor percentual de atendimento referem-se, respectivamente, às faixas de 0 a 14 anos (98,8%) e 60 anos ou mais (98,3%). Em Vitória, as faixas de 30 a 59 anos (99,2%) e 0 a 14 anos (97,9%) representam o maior e o menor percentual de atendimento.

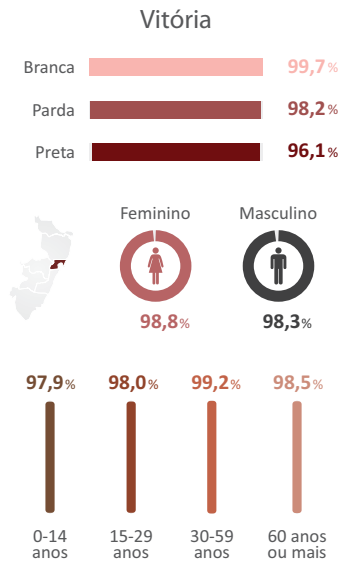


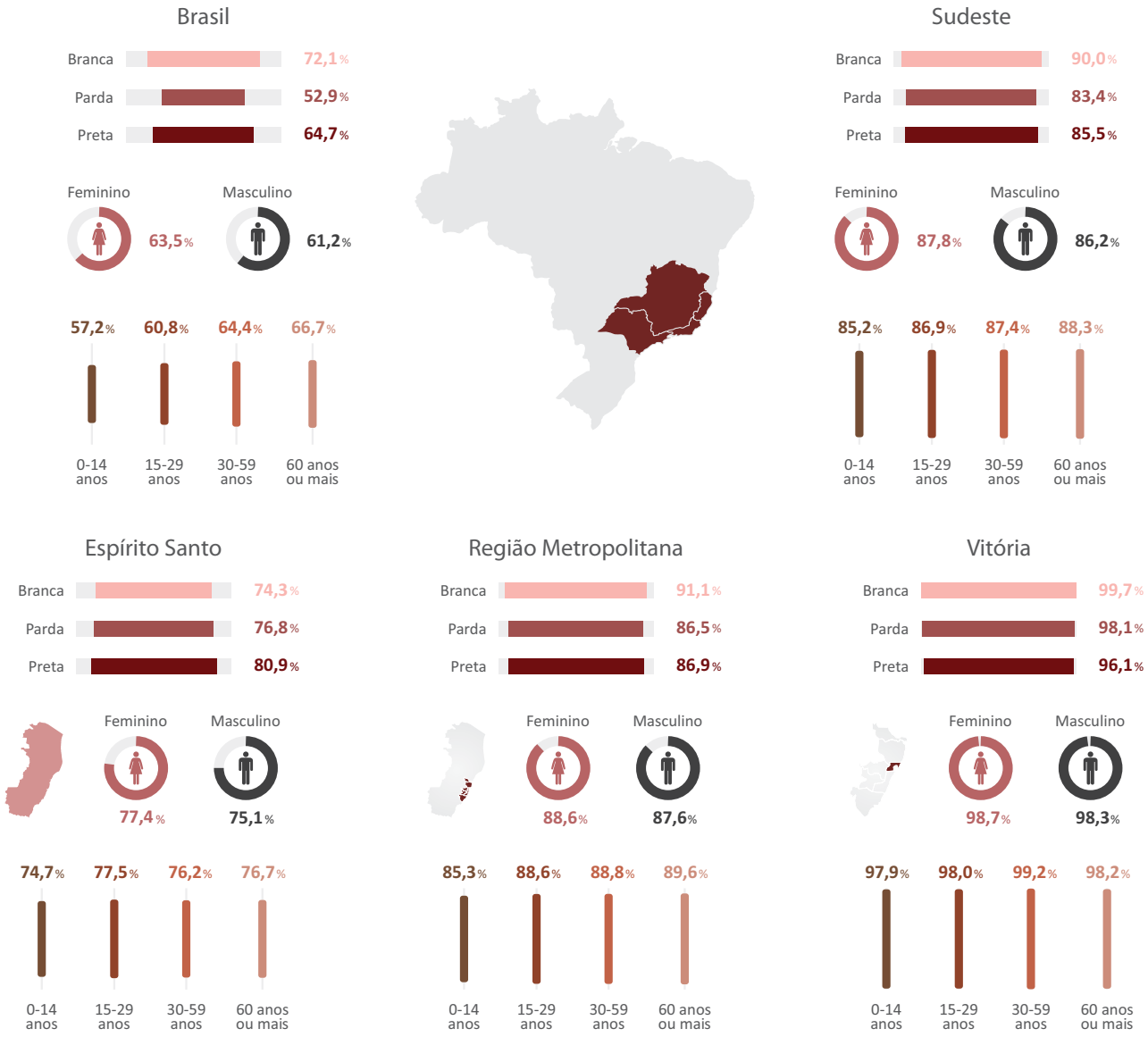












Por fim, considerando o indicador de acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, segundo cor ou raça, o maior percentual de acesso simultâneo no Brasil, refere-se à cor ou raça branca, com 72,1%, enquanto que o menor é a cor ou raça parda, com 52,9%, o que demonstra uma diferença em percentual relevante. Nas demais escalas territoriais, a diferença entre o maior e o menor percentual de acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico não é significativa. No Sudeste, o maior e o menor percentual referem-se à cor ou raça branca (90,0%) e parda (83,4%); no ES à cor ou raça preta (80,9%) e branca (74,3%); e na RMGV, o maior percentual de ocorrência é para a cor ou raça branca (91,1%), e o menor percentual, para a cor ou raça parda (86,5%), todos respectivamente. Em Vitória, o serviço já foi praticamente universalizado para a cor ou raça branca (99,7%), enquanto que a cor ou raça preta apresenta o menor percentual de atendimento (96,1%).

Assim como nos indicadores analisados anteriormente, o percentual de atendimento é superior no sexo feminino, em todas as escalas territoriais. No Brasil, 63,5% das mulheres e 61,2% dos homens tem acesso simultâneo aos três serviços de saneamento. No Sudeste, o percentual para o sexo feminino e masculino é de 87,8% e 86,2%; no ES, de 77,4% e 75,1%; na RMGV, de 88,6% e 87,6%; e em Vitória, de 98,7% e 98,3%, todos respectivamente.

No Brasil, o maior e o menor percentual de atendimento referem-se às faixas etárias de 60 anos ou mais (66,7%) e 0 a 14 anos (57,2%), respectivamente. O mesmo ocorre no Sudeste, sendo os percentuais de 88,3 e 85,2%, respectivamente. No ES, o maior e o menor percentual referem-se, respectivamente, às faixas de 15 a 29 anos (77,5%) e 0 a 14 anos (74,7%). Já na RMGV, referem-se às faixas de 60 anos ou mais (89,6%) e 0 a 14 anos (85,3%). Em Vitória, as faixas de 30 a 59 anos (99,2%) e 0 a 14 anos (97,9%) representam o maior e o menor percentual de atendimento.

4. Presença de Bens Duráveis e Acesso à Tecnologia

Nesta seção são analisados dois grupos de indicadores: Presença de Bens Duráveis e Acesso à Tecnologia. Estes conjuntos de indicadores, complementares aos anteriores, permitem detalhar os níveis e as condições de vida da população (IBGE, 2017, p. 79). Como explicitado no texto introdutório, a presença de bens duráveis tem papel essencial para o bem-estar da população, e a tecnologia de informação e comunicação são elementos estratégicos, ferramentas importantes no desenvolvimento social e econômico.

4.1 Presenças de Bens Duráveis

Os bens duráveis analisados nesta seção são: telefone (linha fixa domiciliar ou ao menos um morador com telefonia celular), geladeira, máquina de lavar roupa, carro e motocicleta.

Houve um aumento no percentual de acesso ao bem durável telefone em todas as escalas territoriais, entre os anos de 2016 e 2017. Nota-se que este aumento ocorreu de forma mais sutil no Brasil (de 95,4% para 95,6%) e no Sudeste (de 97,8% para 97,9%). O aumento mais significativo ocorreu na RMGV (de 97,8% para 98,9%), seguido do Espírito Santo (de 96,9% para 97,4%) e de Vitória (de 99,1% para 99,6%), ambos com aumento de 0,5 p.p. no período. . Em 2017, o município de Vitória é a escala territorial com maior percentual de acesso ao bem durável telefone.

Entre 2016 e 2017, o bem durável geladeira apresentou a menor variação percentual dentre os indicadores analisados nesta subseção. Brasil, Sudeste e Espírito Santo mantiveram-se estáveis, com percentuais de 98,4%, 99,5% e 99,6%, respectivamente. Por outro lado, a RMGV (99,6% e 99,7%, respectivamente) e o município de Vitória (99,7% e 99,8%, respectivamente) apresentaram aumento de apenas 0,1 p.p. no período.

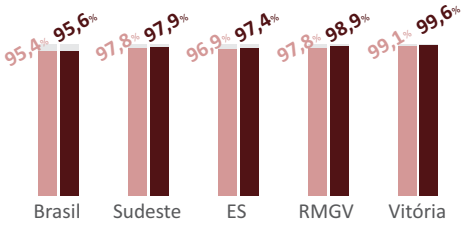
Quanto ao bem durável máquina de lavar roupa, o município de Vitória, apesar de apresentar o maior percentual de acesso dentre todas as escalas territoriais, é o único caso de redução entre 2016 e 2017 (de 87,0% para 84,5%). O aumento mais significativo ocorreu na RMGV (de 73,0% para 76,2%), seguido de Brasil (de 63,7% para 64,3%) e Sudeste (de 78,8% para 79,4%), ambos com aumento de 0,6 p.p., e Espírito Santo (de 67,0% para 67,5%).

Em relação ao indicador de bem durável carro, houve uma pequena redução na Região Sudeste (58,7% e 58,6%, respectivamente) e no município de Vitória (65,6% e 65,5%, respectivamente), ambas de 0,1 p.p., entre 2016 e 2017. Por outro lado, houve aumento no Brasil (de 49,5% para 49,8%), no Espírito Santo (de 50,6% para 51,5%) e na RMGV (de 48,9% para 51,8%). Em 2017, o município de Vitória apresenta o maior percentual de acesso ao bem durável carro (62,5%), dentre todas as escalas territoriais analisadas.

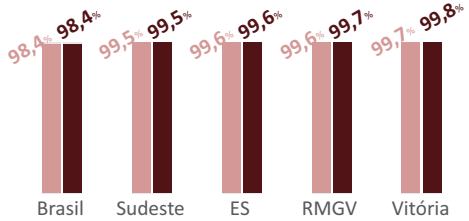
Houve uma redução no percentual de acesso ao bem durável motocicleta na RMGV, entre os anos de 2016 e 2017 (-0,5 p.p.). Nas demais escalas territoriais, Brasil (de 24,7% para 25,3%), Sudeste (de 17,5% para 18,1%), Espírito Santo (de 24,4% para 25,7%) e Vitória (de 8,6% para 9,0%), houve aumento no mesmo período. Em 2017, o ES apresenta o maior percentual de acesso ao bem durável motocicleta, enquanto que a capital, Vitória, apresenta o menor percentual, considerando todas as escalas territoriais.

A seguir, são analisados os indicadores de bens duráveis segundo as características demográficas de cor ou raça, sexo e faixa etária, para as cinco escalas territoriais.

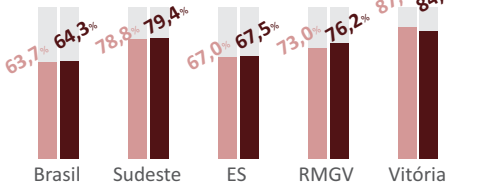
Telefone – 2016/2017



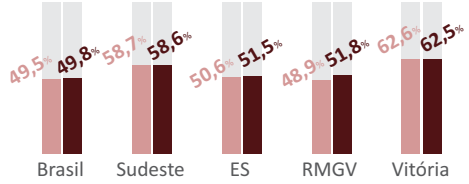
Geladeira – 2016/2017



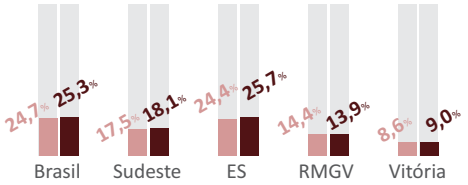
Máquina de lavar roupa – 2016/2017



Carro – 2016/2017



Motocicleta – 2016/2017



Presenças de Bens Duráveis – Ranking RMGV e Vitória

Considerando as vinte Regiões Metropolitanas analisadas pelo IBGE, a RMGV se posiciona entre as 10 primeiras no ranking, para todos os indicadores, exceto motocicleta. O mesmo ocorre quanto às capitais brasileiras. A RMGV encontra-se na quinta posição nos indicadores de telefone e geladeira, e na oitava posição nos indicadores de máquina de lavar e carro. Já em relação às capitais brasileiras, Vitória encontra-se na segunda posição no indicador de telefone; na quarta no indicador de geladeira; na oitava posição no indicador de máquina de lavar; e na sexta no indicador de carro. Em relação ao bem durável motocicleta, tanto a RMGV quanto a capital, Vitória, apresentam percentuais baixos em relação ao contexto nacional, resultando na décima segunda e na vigésima quinta posição, respectivamente.

Telefone – RMGV | Vitória



Geladeira – RMGV | Vitória



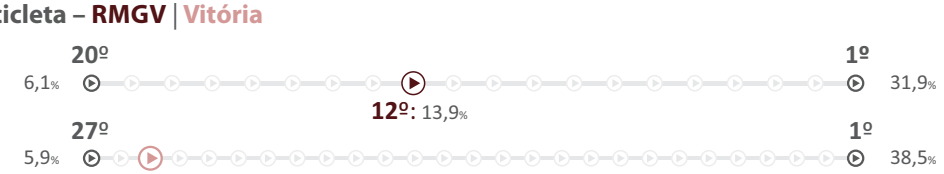
Máquina de Lavar Roupa – RMGV | Vitória

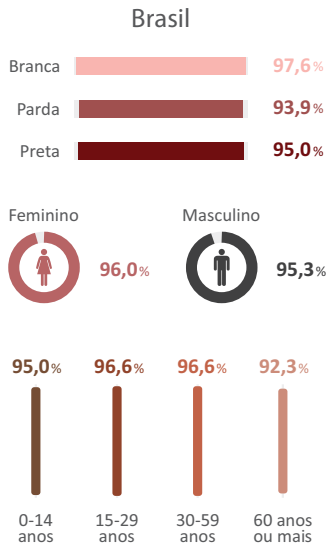


Carro – RMGV | Vitória

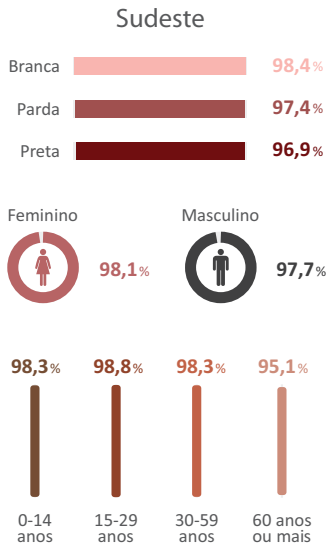


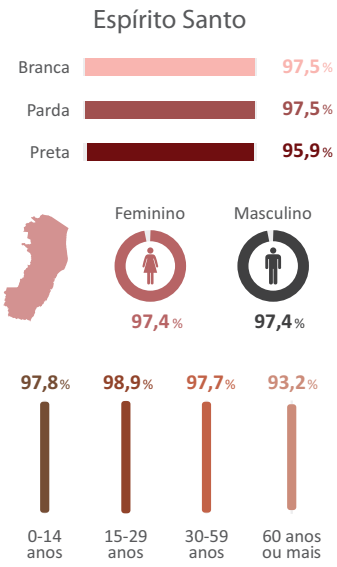
Motocicleta – RMGV | Vitória

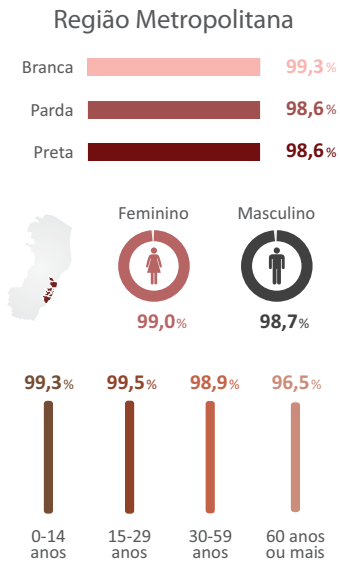


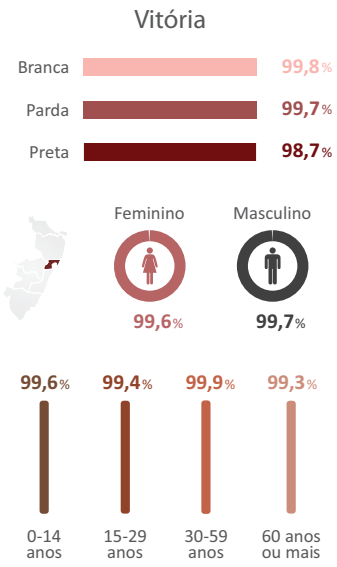












Em relação ao bem durável telefone, na maioria das escalas territoriais, a cor e raça branca apresenta o maior percentual de acesso, com exceção do ES, onde a cor e raça parda e branca apresentam resultados iguais (97,5%). No entanto, o menor percentual de acesso ao telefone refere-se à cor ou raça preta no ES (95,9%), no Sudeste (96,9%) e em Vitória (98,7%), já no Brasil, a cor ou raça parda apresenta o menor resultado de 93,9%. Na RMGV, o menor percentual de acesso ao telefone refere-se à cor ou raça preta e parda, ambas com de 98,6%.

Quanto ao sexo, o percentual de acesso ao bem durável telefone é sutilmente superior no sexo feminino, na maioria das escalas territoriais, sendo Vitória a única escala territorial com maior percentual no sexo masculino (99,7%). O ES apresenta o mesmo percentual para ambos os sexos (97,4%). Na RMGV, o percentual para o sexo feminino e masculino é de 99,0% e 98,7%; no Sudeste, 98,1% e 97,7%; e no Brasil, 96,0% e 95,3%, todos respectivamente.

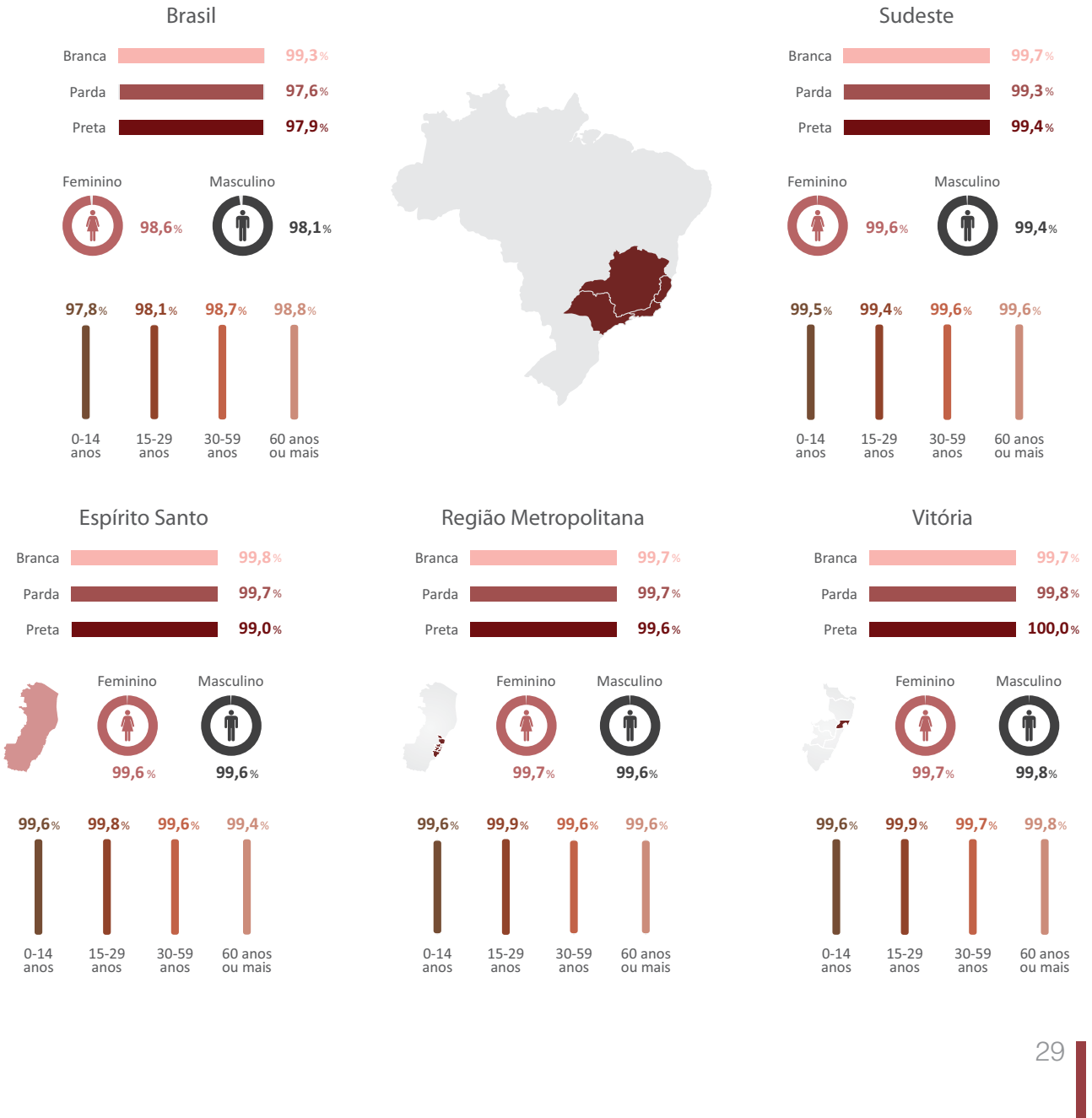
Com relação à faixa etária, em todas as escalas territoriais o maior acesso ao bem durável telefone refere-se à faixa etária de 15 a 29 anos, exceto no município de Vitória, onde a faixa etária de 30 a 59 anos (99,9%) apresenta o maior percentual de acesso. Já o menor percentual de acesso refere-se à faixa etária de 60 anos ou mais, em todas as escalas territoriais.

Presença de Bens Duráveis – **Geladeira**

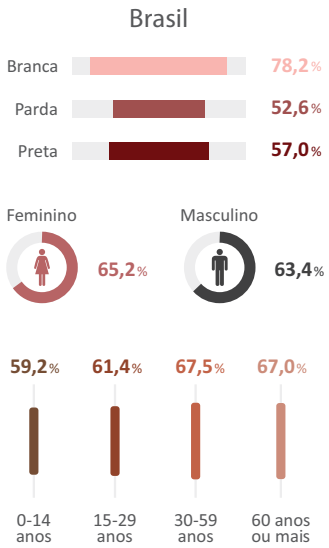
Na análise do indicador de acesso ao bem durável geladeira, segundo cor ou raça, o maior percentual de acesso observado no Brasil, no Sudeste e no ES refere-se à cor ou raça branca, com 99,3%, 99,7%, 99,8%, respectivamente. Na RMGV, a cor e raça branca e parda exibiram o mesmo resultado de acesso ao bem durável, ambas com 99,7%. Entretanto em Vitória, a população de cor ou raça preta possui 100% de acesso ao bem durável geladeira, enquanto a população de cor ou raça branca exibe o menor percentual, com 99,7%.

No que se refere ao sexo, o percentual de acesso ao bem durável geladeira é superior entre as mulheres no Brasil (98,6%), no Sudeste (99,6%) e na RMGV (99,7%). Já em Vitória é a população do sexo masculino que possui maior percentual de acesso ao bem durável geladeira (99,8%). O Espírito Santo apresenta o mesmo resultado para ambos os sexos (99,6%).

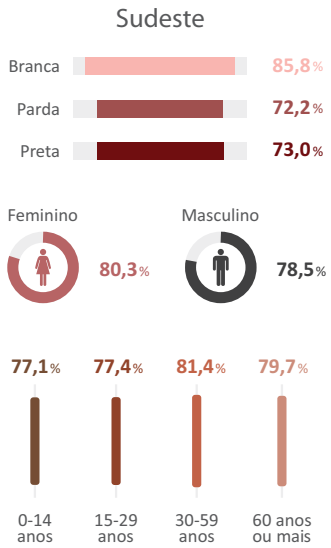
Quanto à faixa etária, o maior percentual observado no Espírito Santo (99,8%), RMGV (99,9%) e Vitória (99,9%), refere-se à faixa etária de 15 a 29 anos. No Brasil, o maior e o menor percentual de acesso à geladeira referem-se às faixas etárias de 60 anos ou mais (98,8%) e 0 a 14 anos (97,8%), nesta ordem. No Sudeste, o maior percentual refere-se às faixas de 30 a 59 anos e 60 anos ou mais, ambas com 99,6%, enquanto que o menor refere-se à faixa de 15 a 29 anos (99,4%). Nota-se que na RMGV, todas as faixas etárias apresentam o mesmo percentual de acesso, 99,6%, com exceção da faixa etária de 15 a 29 anos (99,9%).

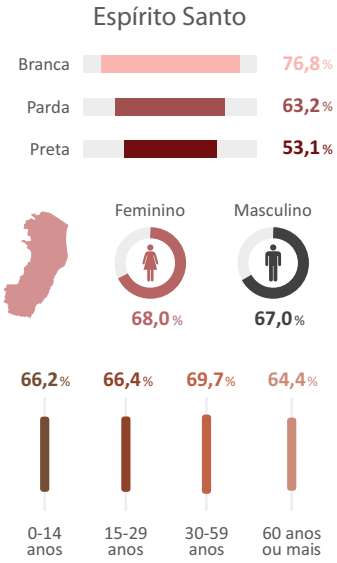


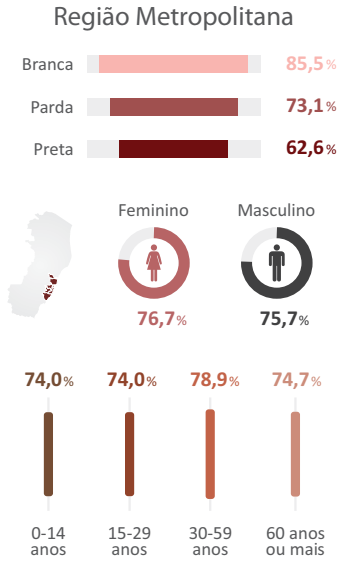
Presença de Bens Duráveis – **Máquina de Lavar**

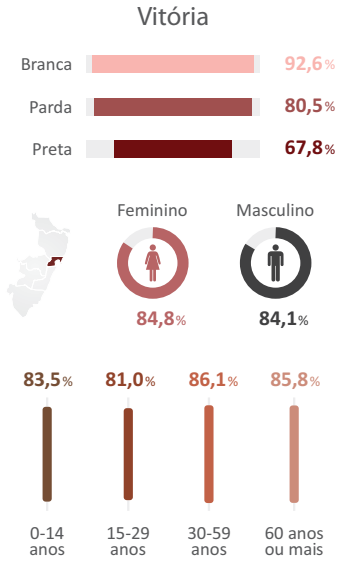












Em relação ao bem durável máquina de lavar roupa, a cor ou raça branca exibiu os maiores percentuais de acesso à máquina de lavar roupa em todas as escalas territoriais. No Brasil, 78,2% da população de cor e raça branca tem acesso ao bem durável; no Sudeste 85,8%; no ES 76,8%, na RMGV 85,5%; e em Vitória 92,6%. A população de cor ou raça parda apresenta o menor percentual de acesso à máquina de lavar roupa no Brasil (52,6%) e no Sudeste (72,2%). No Espírito Santo, na RMGV e em Vitória, o menor percentual refere-se à cor ou raça preta (53,1%, 62,6% e 67,8%, respectivamente).

No que se refere à característica demográfica sexo, nota-se que a população do sexo feminino possui maior acesso ao bem durável máquina de lavar roupa do que a população do sexo masculino, em todas as escalas territoriais. No Brasil, 65,2% das mulheres e 63,4% dos homens tem acesso à máquina de lavar roupa. No Sudeste, o percentual para o sexo feminino e masculino é de 80,3% e 78,5%; no ES, de 68,0% e 67,0%; na RMGV de 76,7% e 75,7%; e em Vitória, de 84,8% e 84,1%, todos respectivamente.

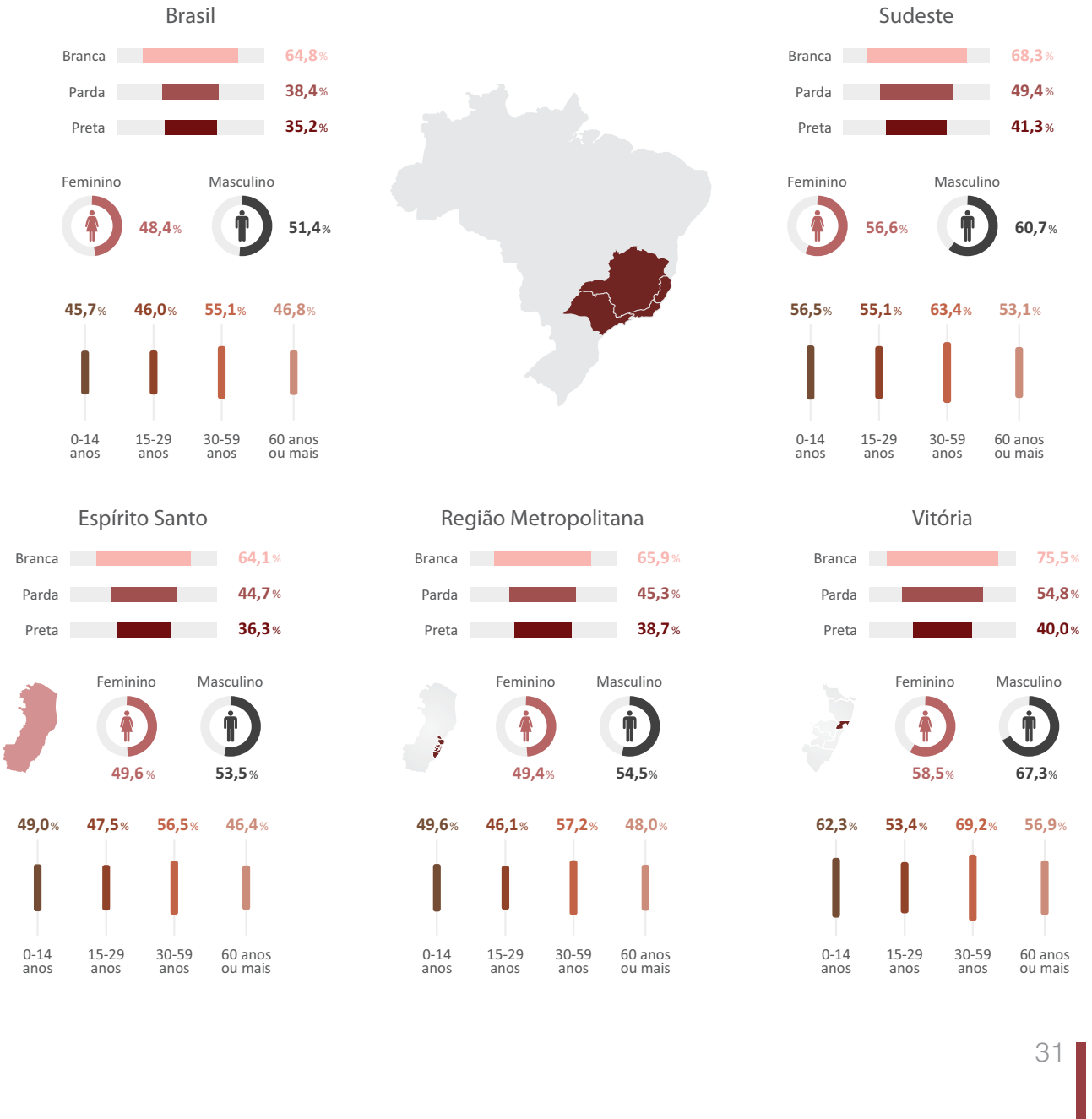
Quanto à faixa etária, em todas as escalas territoriais, o maior acesso ao bem durável máquina de lavar roupa, refere-se à faixa etária de 30 a 59 anos. No Brasil e no Sudeste, o menor percentual de acesso à máquina de lavar é observado na faixa etária de 0 a 14 anos (59,2% e 77,1%, respectivamente). No ES, a faixa etária de 60 anos ou mais (64,4%) apresenta o menor percentual de acesso; na RMGV, as faixas de 0 a 14 anos e 15 a 29 anos (ambas com 74,0%); e em Vitória, a faixa de 15 a 29 anos (81,0%).

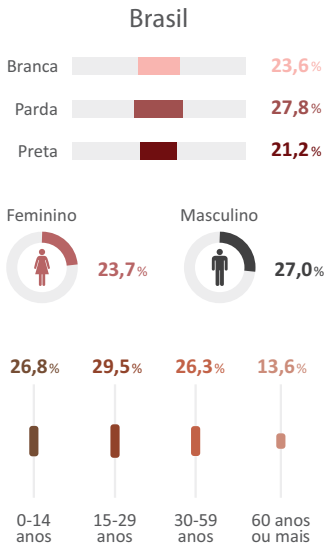
Presença de Bens Duráveis – **Carro**

Quanto ao bem durável carro, da mesma forma como anteriormente, o maior percentual de acesso refere-se à cor ou raça branca, com percentuais entre 64,1% a 75,5%, nas cinco escalas territoriais. Destaca-se que, em todas as escalas territoriais, o menor percentual de acesso ao bem durável carro refere-se à cor ou raça preta. No Brasil, 35,2% da população de cor e raça preta tem acesso ao bem durável carro; no Sudeste 41,3%; no ES 36,3%, na RMGV 38,7%; e em Vitória 40,0%.

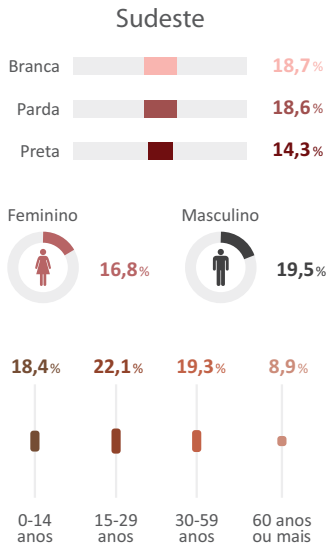
Em relação ao sexo, observa-se que, diferentemente dos resultados observados até o momento, o percentual de mulheres com acesso ao carro é inferior ao de homens, em todas as escalas territoriais. No Brasil, o percentual para o sexo feminino e masculino é de 48,4% e 51,4%; no Sudeste, 56,6% e 60,7%%; no ES, 49,6% e 53,5%; na RMGV, 49,4% e 54,5%; e em Vitória, 58,5% e 67,3%, todos respectivamente.

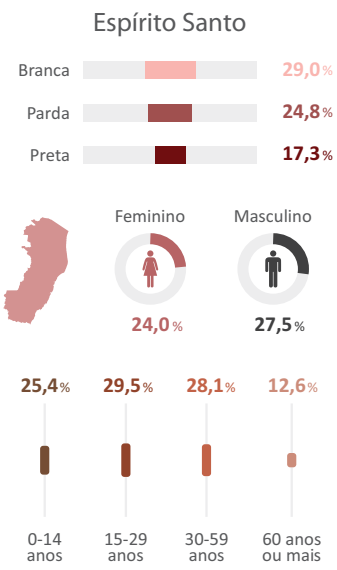
Em todas as escalas territoriais, a faixa etária com o maior percentual de acesso ao bem durável carro refere-se à faixa de 30 a 59 anos. Já o menor percentual refere-se à faixa etária de 0 a 14 anos no Brasil (45,7%); de 60 anos ou mais no Sudeste (53,1%) e no ES (46,4%); e à de 15 a 29 anos na RMGV (46,1%) e em Vitória (53,4%).

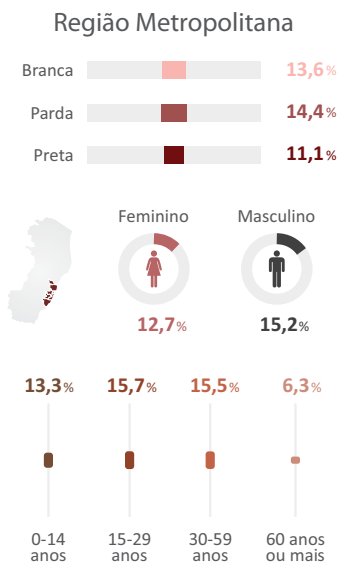


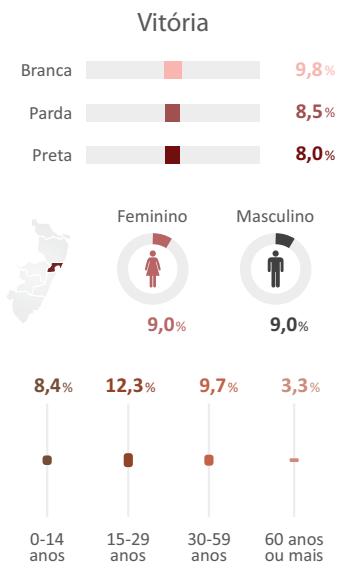












Por fim, na análise do indicador de acesso ao bem durável motocicleta segundo cor ou raça, observa-se que o maior percentual de acesso no Brasil e na RMGV, refere-se à cor ou raça parda, com 27,8% e 14,4%, respectivamente. Já no Sudeste, no ES e em Vitória, o maior percentual ocorre na cor ou raça branca (18,7%, 29,0% e 9,8%, respectivamente). A população de cor ou raça preta apresentou os menores percentuais de acesso ao bem durável motocicleta, nas cinco escalas territoriais: Brasil (21,2%); Sudeste (14,3%); ES (17,3%); RMGV (11,1%); e em Vitória (8,0%).

Assim como o indicador anterior, a população de sexo masculino possui maior percentual de acesso ao bem durável motocicleta do que a população de sexo feminino, com exceção do município de Vitória, que apresenta percentual de 9,0% para ambos os sexos. No Brasil, 23,7% da população do sexo feminino, e 27,0% da população do sexo masculito, tem acesso à motocicleta. No Sudeste, o percentual para mulheres e homens é de 16,8% e 19,5%; no ES, de 24,0% e 27,5%; e na RMGV, de 12,7% e 15,2%, todos respectivamente.

Analisando a característica demográfica faixa etária, observa-se um padrão nos resultados. Nas cinco escalas territoriais, o maior percentual de acesso à motocicleta ocorre na faixa etária de 15 a 29 anos. Já o menor percentual de acesso ocorre na faixa etária de 60 anos ou mais também em todas as escalas territoriais.

4.2 Acesso à Tecnologia

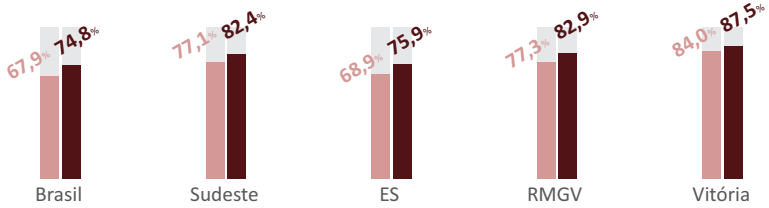
O segundo conjunto de indicadores analisados nesta subseção, refere-se ao acesso à tecnologia, sendo eles: acesso à internet, acesso à internet por microcomputador e acesso à internet por outro equipamento eletrônico (tablet, telefone celular, TV ou outro).

Houve um aumento em todas as escalas territoriais no indicador de acesso à internet entre 2016 e 2017. O Brasil e o Espírito Santo apresentaram a maior variação (6,9 p.p. e 7,0 p.p, respectivamente). Na Região Sudeste, o crescimento foi de 5,3 p.p. e na RMGV de 5,6 p.p., no mesmo período. Dentre as escalas territoriais analisadas, o município de Vitória se destaca com o maior percentual de pessoas com acesso à internet (87,5%, em 2017).

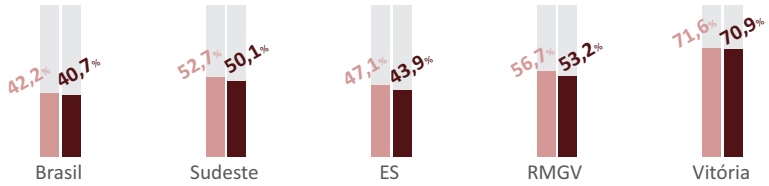
O indicador de acesso à internet por microcomputador, em relação aos outros indicadores deste conjunto, foi o único que apresentou redução percentual entre os anos de 2016 e 2017. A redução mais significativa foi observada no Espírito Santo (de 47,1% para 43,9%) e na RMGV (de 56,7% para 53,2%). No Brasil e no Sudeste, houve uma redução de 1,5 p.p. e 2,6 p.p., respectivamente. Nota-se que, em quatro das cinco escalas territoriais, em média 40,0% a 50,0% da população possui acesso à internet por microcomputador. A exceção é o município de Vitória, cujo percentual é de 70,9% em 2017.

Quanto ao indicador de acesso à internet por outro equipamento eletrônico, houve um crescimento em todas as escalas territoriais entre os anos de 2016 e 2017. No Espírito Santo, o aumento do acesso à internet por outro equipamento foi o mais expressivo (9,1 p.p.). No Brasil, Sudeste e RMGV o aumento foi de 8,4 p.p., 7,0 p.p. e 8,7 p.p., respectivamente. Apesar de Vitória apresentar o menor percentual de crescimento entre 2016 e 2017, dentre todas as escalas territoriais analisadas, a capital detém o maior percentual de acesso à internet por outro equipamento eletrônico em 2017 (86,8%).

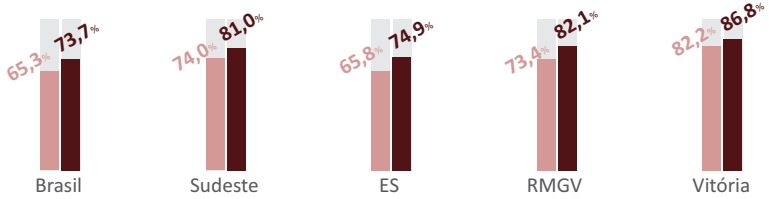
Acesso à Internet – 2016/2017



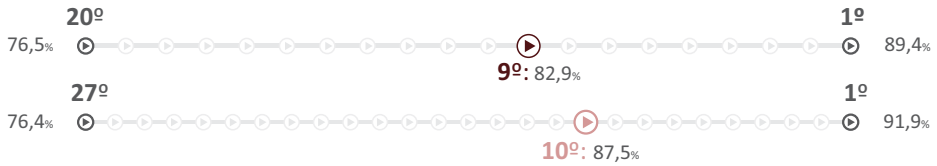
Acesso à Internet por Microcomputador – 2016/2017



Acesso à Internet por outro Equipamento Eletrônico – 2016/2017



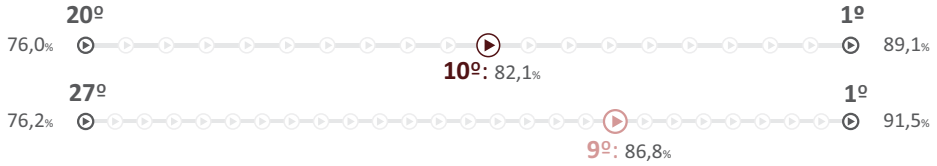
Acesso à Internet – RMGV | Vitória



Acesso à Internet por Microcomputador – RMGV | Vitória



Acesso à Internet por outro Equipamento Eletrônico – RMGV | Vitória



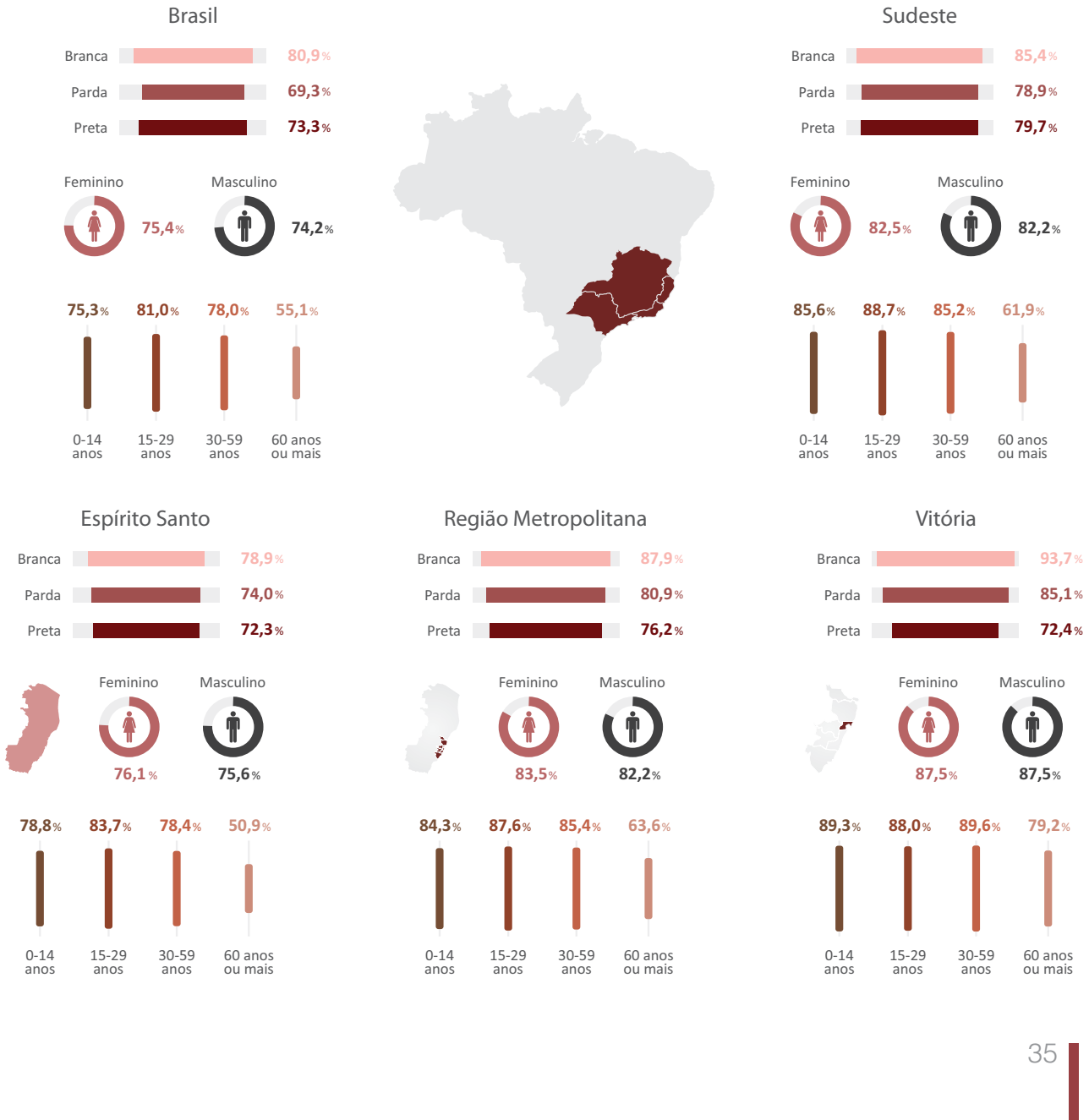
No conjunto das vinte Regiões Metropolitanas analisadas pelo IBGE, a RMGV encontra-se em posições intermediárias para os indicadores de acesso à internet e acesso à internet por outro equipamento eletrônico, ocupando a nona e décima posição, respectivamente. Já para o indicador de acesso à internet por microcomputador a RMGV destaca-se entre as cinco primeiras posições. Em relação ao conjunto das capitais brasileiras, destaque para a primeira posição de Vitória no indicador relativo ao acesso à internet por microcomputador. Para os demais indicadores, acesso à internet e acesso à internet por outro equipamento eletrônico, Vitória encontra-se na 10ª e 9ª posição, respectivamente.

Acesso à Tecnologia – **Internet**

Em relação ao indicador de acesso à internet, em todas as escalas territoriais, o maior percentual refere-se à cor ou raça branca, com percentuais de 78,9% no ES, e 93,7%, em Vitória. O menor percentual, no Brasil e no Sudeste, refere-se à cor ou raça parda, com 69,3% e 78,9%, respectivamente, enquanto no ES (72,3%), na RMGV (76,2%) e em Vitória (72,4%), a cor ou raça preta apresenta o menor percentual.

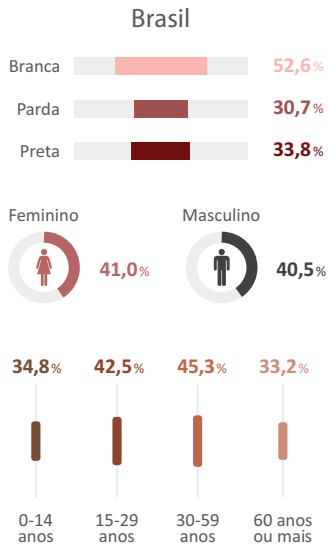
Quanto ao sexo, o percentual de acesso à internet é ligeiramente superior na população do sexo feminino em todas as escalas territoriais, com exceção de Vitória, cujo percentual é de 87,5% para ambos os sexos. No Brasil, 75,4% das mulheres e 74,2% dos homens possui acesso à internet. No Sudeste, o percentual de mulheres e homens com acesso a internet é de 82,5% e 82,2%; na RMGV, de 83,5% e 82,2%; e no ES, de 76,1% e 75,6%, todos respectivamente.

Em relação à faixa etária, a população de 15 a 29 anos apresenta os maiores percentuais de acesso à internet em todas as escalas territoriais, com exceção do município de Vitória, onde o maior percentual de acesso à internet refere-se a faixa etária de 30 a 59 anos (89,6%). Por outro lado, a população de 60 anos ou mais apresenta os menores percentuais em todas as escalas territoriais, com resultados de 50,9% (no ES) e 79,2% (em Vitória).

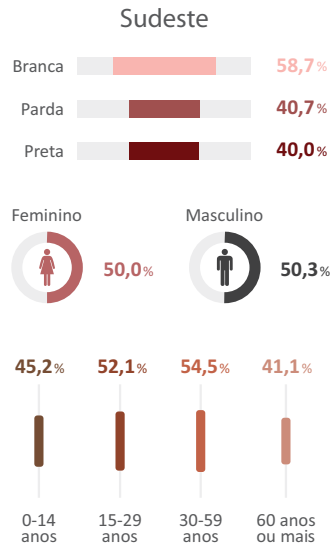


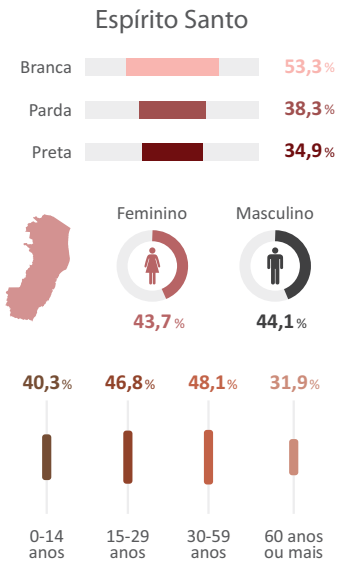
[28]Destaca-se que dos 207 milhões de pessoas residentes no Brasil em 2017, apenas 0,3% e 0,6% representam a população de cor/raça indígena e amarela, respectivamente (PNAD, 2017). Portanto, as análises dos indicadores relativos à população com esta característica demográfica, podem-se tornar mais sucetíveis a variações.

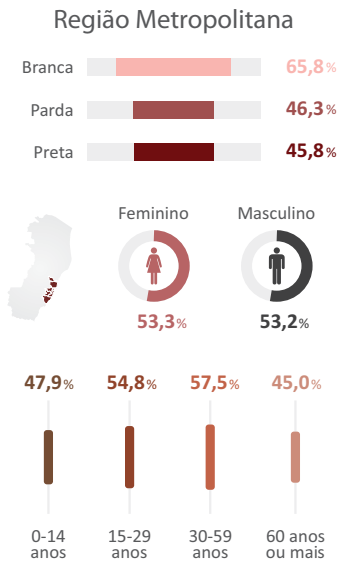
Acesso à Tecnologia – **Internet por Microcomputador**

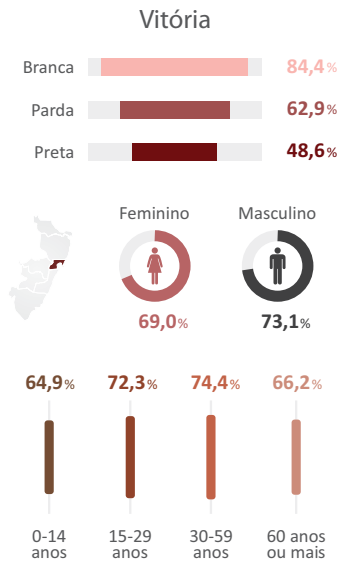












No que se refere ao indicador de acesso à internet por microcomputador, a população de cor ou raça branca apresenta os maiores percentuais, em todas as escalas territoriais. No Brasil, 52,6% da população de cor e raça branca tem acesso à internet por microcomputador; no Sudeste 58,7%; no ES 53,3%, na RMGV 65,8%; e em Vitória 84,4%. O menor percentual de acesso refere-se à cor ou raça preta, no Sudeste (40,0%), no ES (34,9%), na RMGV (45,8%) e em Vitória (48,6%). No Brasil, o menor percentual de acesso ocorre na população de cor ou raça parda, com 30,7%.

Em relação ao sexo, destaca-se a pequena diferença nos percentuais de acesso à internet por microcomputador entre mulheres e homens. A máxima variação, em todas as escalas territoriais, é de 0,5 p.p, com exceção do município de Vitória, cuja variação é de 4,1 p.p. O percentual de acesso da população do sexo feminino é maior do que a de sexo masculino no Brasil (41,0% e 40,5%, respectivamente) e na RMGV (53,3% e 53,2%, respectivamente). Por outro lado, o percentual de acesso do sexo masculino é maior que a do sexo feminino no Sudeste (50,3% e 50,0%, respectivamente), no ES (44,1% e 43,7%, respectivamente) e em Vitória (73,1% e 69,0%, respectivamente).

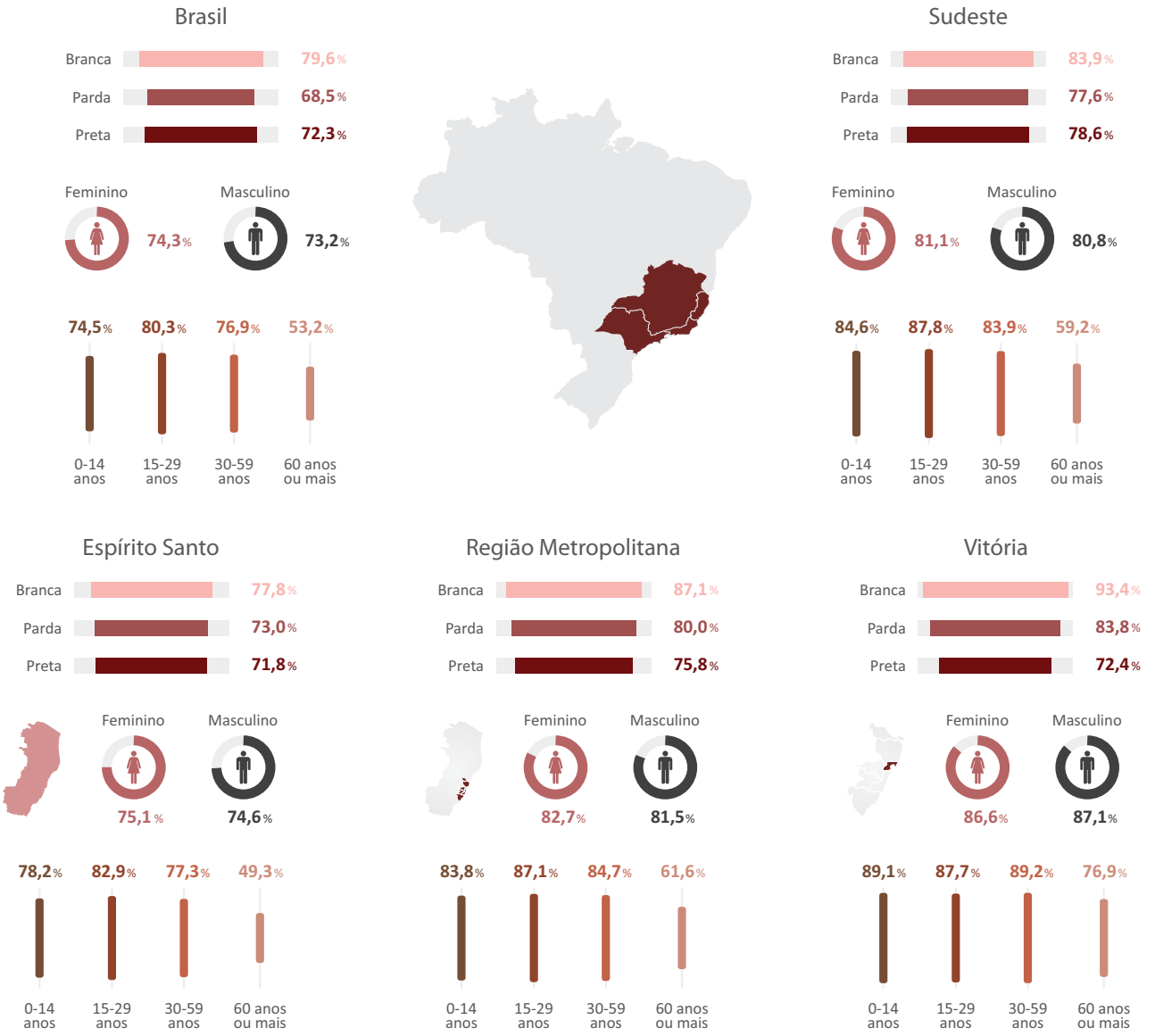
Quanto à faixa etária, a população de 30 a 59 anos apresenta o maior percentual de acesso à internet por microcomputador em todas as escalas territoriais, enquanto que a faixa etária de 60 anos ou mais apresenta o menor percentual, com exceção do município de Vitória, cujo menor percentual de acesso à internet refere-se à faixa etária de 0 a 14 anos (64,9%).

Acesso à Tecnologia – **Internet por Outro Equipamento Eletrônico**

Em relação ao indicador de acesso à internet por outro equipamento eletrônico, assim como os indicadores anteriores, o maior percentual refere-se à cor ou raça branca. No Brasil, 79,6% da população de cor ou raça branca tem acesso à internet por outro equipamento eletrônico; no Sudeste 83,9%; no ES 77,8%, na RMGV 87,1%; e em Vitória 93,4%. No Brasil e no Sudeste, o menor percentual de acesso, refere-se à cor ou raça parda (68,5% e 77,6%, respectivamente). Enquanto no ES, na RMGV e em Vitória, a cor ou raça preta possui o menor percentual de acesso (71,8%, 75,8% e 72,4%, respectivamente).

No que se refere ao sexo, em todas as escalas territoriais o percentual de acesso à internet por outro equipamento eletrônico é sutilmente maior entre as mulheres, com exceção de Vitória, cujo percentual de acesso é maior no sexo masculino (87,1%) do que no feminino (86,6%). No Brasil, 74,3% das mulheres e 73,2% dos homens possuem acesso à internet por outro equipamento eletrônico. No Sudeste, o percentual de mulheres e homens com acesso é de 81,1% e 80,8%; no ES, de 75,1% e 74,6%; e na RMGV, de 82,7% e 81,5%, todos respectivamente.

O percentual de acesso à internet por outro equipamento eletrônico é maior na faixa etária de 15 a 29 anos em todas as escalas territoriais, com exceção de Vitória, e menor na faixa etária de 60 anos ou mais, com percentuais entre 49,3% (ES) e 76,9% (Vitória). No município de Vitória, a população nas faixas de 0 a 14 anos e 30 a 59 anos apresentam o maior percentual de acesso à internet por outro equipamento, com 89,1% e 89,2%, respectivamente.



5. Considerações Finais

Considerações Finais

Os resultados dos indicadores das condições de moradia mostraram que há realidades sociais específicas e distintas no contexto nacional, regional e estadual, metropolitano e municipal, conforme seja o grau de urbanização e a dimensão e estrutura do território. No geral, observa-se que quanto maior a concentração de população em determinado território, maior será a complexidade dos problemas urbanos relativos à habitação.

As inadequações de moradia, considerando a ocorrência de uma ou mais situações dos quatro indicadores contemplados para análise das deficiências de moradia - banheiro sem uso exclusivo, domicílios com paredes construídas com material não durável, ônus excessivo com aluguel ou adensamento excessivo - ocorrem em todo território nacional e estadual. Verifica-se que o indicador é maior conforme seja a dimensão do território analisado. Se considerado o ano de 2017, temos os seguintes percentuais de ocorrência: Brasil (13,0%), Sudeste (11,7%), Espírito Santo (9,5%), RMGV (11,6%) e Vitória (8,5%). Entretanto, observa-se que as inadequações "banheiro sem uso exclusivo" e "domicílios com parede não duráveis" são menos frequentes em todos os contextos analisados, apresentando os menores indicadores relativos às inadequações. No cômputo geral dos tipos de inadequação, o "ônus excessivo com aluguel" é a ocorrência mais frequente em todos os contextos analisados no ano de 2017 - Sudeste (6,3%), Espírito Santo (4,7%), RMGV (6,0%) e Vitória (5,4 %) - com exceção do Brasil, cuja maior inadequação relativa é de domicílios "excessivamente adensados" com 5,9% de ocorrência, em 2017.

Quanto às "inadequações de moradias", ou seja, aquele indicador que apresenta um ou mais tipo de inadequação, se considerado a característica da população por cor ou raça, observa-se que a frequência é maior para a cor ou raça parda no contexto nacional – Brasil e Sudeste. Porém, no contexto estadual – ES, RMGV e Vitória - a frequência é maior para a cor ou raça preta, seguida da parda. Dentre as quatro primeiras inadequações, de forma geral, a ocorrência do referido indicador é mais frequente para a população do sexo masculino, tanto no contexto nacional quanto no contexto estadual, com exceção da inadequação "ônus excessivo com aluguel", onde predomina o sexo feminino. Entretanto, se consideradas as condições de moradia com uma ou mais inadequações, a ocorrência é maior para a população do sexo feminino em todas as escalas territoriais. As inadequações atingem majoritariamente a população na faixa de 0 a 14 anos, seguida pela faixa de 15 a 29 anos. O quadro revela que as inadequações contemplam a população mais jovem, portanto, mais vulnerável na perspectiva das deficiências nas condições de moradia.

No que se refere ao saneamento básico, verifica-se que a coleta de lixo é o serviço mais próximo da universalização, em todas as escalas territoriais analisadas, seguido do abastecimento de água. Em contrapartida, há muito que se avançar para alcançar a universalização do acesso ao esgotamento sanitário preconizada na Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), inclusive para o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). A exceção é Vitória, que está muito próxima de alcançar a universalização do serviço de esgotamento sanitário (99,8%), bem como o de coleta de lixo (98,6%), considerando o ano base 2017. Além disso, a capital já universalizou o acesso ao abastecimento de água. Dentre as demais escalas territoriais, a RMGV é a que está mais próxima de alcançar a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo (97,7%, 89,7% e 98,6%, respectivamente).

Em 2017, o Espírito Santo apresenta indicadores de abastecimento de água (85,6%), esgotamento sanitário (77,6%) e coleta de lixo (91,0%) melhores que o Brasil, mas inferiores ao Sudeste. No que tange ao esgotamento sanitário, especificamente, o percentual em si, não pode ser considerado tão satisfatório, apesar de superior ao contexto nacional. O Brasil apresenta uma cobertura baixa (64,1%), e por certo, as regiões Norte e Nordeste, com uma precarização maior em saneamento básico, devem pesar no percentual do conjunto. Por outro lado, a RMGV apresenta melhores indicadores de saneamento básico que o Espírito Santo, influenciando positivamente o percentual de cobertura do estado em face de outras microrregiões mais carentes.

Quanto aos resultados segundo características da população (cor ou raça, sexo e faixa etária), não há uma frequência de resultados homogêneos entre as cinco escalas territoriais, com exceção da característica sexo: nos quatro indicadores de saneamento analisados, o percentual de atendimento é quase sempre maior para o sexo feminino, sendo que em apenas dois casos específicos, os percentuais de atendimento são iguais para ambos os sexos (esgotamento sanitário em Vitória e coleta de lixo na RMGV).

Como previsto, no que se refere aos bens duráveis, mais de 95,6% da população possui acesso à telefone e geladeira, em todas as escalas territoriais. Em contrapartida, o percentual de pessoas com acesso ao bem durável carro e motocicleta é menos significativo. Quanto à análise segundo as características demográficas de cor ou raça, nota-se que os resultados são mais frequentes para a população de cor ou raça branca, onde se verificou os maiores percentuais de acesso aos bens duráveis, em todos os indicadores e escalas territoriais. Para as demais características demográficas, sexo e faixa etária, na maioria dos casos não se observou uma homogeneidade nos resultados, entre as cinco escalas territoriais. Entretanto, é importante destacar, que nos resultados para a característica demográfica sexo, o percentual de acesso aos bens duráveis telefone, geladeira e máquina de lavar roupa (alguns diretamente ligados ao uso doméstico) é mais elevado no sexo feminino do que no sexo masculino. E o percentual de acesso aos bens duráveis carro e motocicleta é superior entre os homens.

Quanto ao acesso à tecnologia, 75,9% da população do Espírito Santo possui acesso à internet. Nos anos analisados, tem-se visto que o acesso à internet é crescente a partir dos dispositivos móveis (tablet, telefone celular, TV ou outro), neste sentido, os dados indicam uma redução no acesso à internet por microcomputador. De forma esperada, o acesso à internet, de maneira geral, é superior na população mais jovem (de 15 a 29 anos) do que na população idosa (60 anos ou mais). A universalização do acesso à internet é ascendente, porém, lenta e desigual (SILVA, 2015, p. 169). Nesta perspectiva, o acesso à internet é menor, na maioria das vezes, entre pessoas de cor ou raça preta. Cabe ressaltar, que dentre as escalas territoriais analisadas, a RMGV e o município de Vitória apresentaram os maiores percentuais de acesso à tecnologia.

A presente Síntese contemplou, para os dados gerais, os anos de 2016 e 2017. Os impactos dos diferentes indicadores aqui apresentados são bastante diversos nas condições de vida da população, e definem os aspectos que se encontram a moradia em diferentes contextos territoriais. Os resultados possibilitam avaliar onde a desigualdade territorial é mais evidente e qual população ela mais atinge. Em geral, as condições de moradia no Espírito Santo são mais satisfatórias do que no conjunto do Brasil, mas inferiores à Região Sudeste. Assim como a capital, Vitória, apresenta indicadores relativamente favoráveis se comparadas às demais capitais brasileiras. Futuramente, considerando outras edições da pesquisa, será possível acompanhar de forma mais ampliada a evolução destes indicadores relacionados à moradia ao longo do tempo.

6. Referências

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília (DF): 1988.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 26, de fevereiro de 2000. Lex: legislação federal e marginalia. Brasília (DF): 1988.

_____. Lei nº. 10.257 de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Estabelece Diretrizes Gerais da Política Urbana. Brasília: 2001.

_____. Lei nº. 11.445 de 5 de Janeiro de 2007. **Política Nacional de Saneamento Básico.** Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Brasília: 2007.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab.** Brasília: 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015.** Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte: 2018. Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file. Acesso em 8 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** Rio de Janeiro: 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Déficit habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico.** Vitória: 2017.

_____. **Caderno de Pesquisa. Leis Urbanísticas dos Municípios do Espírito Santo.** Vitória: 2014

_____. **Nota Técnica 46. Conselhos: Instrumentos de Gestão Democrática.** Vitória: 2015.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP, Fundação João Pinheiro. **Portal Atlas Brasil.** Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SILVA, S. P. da. **Políticas de acesso à internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos.** Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, ano 16, n. 3, p. 151-171, 2015. Disponível em: <http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/42202/>. Acesso em 9 de maio de 2018.

ANEXOS

Ausência de Banheiro

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - AP	8,3%
2º	RM - MA	3,7%
3º	RM- PA	2,1%
4º	RM - AM	1,5%
5º	RM - CE	0,9%
6º	RM - BA	0,7%
7º	RM - MT	0,6%
8º	RM - RN	0,5%
9º	RM - RS	0,4%
9º	RM - PB	0,4%
11º	RM - MG	0,3%
12º	RM - AL	0,2%
12º	RM - SP	0,2%
12º	RM - PR	0,2%
12º	RM - PE	0,2%
16º	**RM - ES**	**0,1%**
16º	RM - RJ	0,1%
18º	RM - SC	0,0%
18º	RM - SE	0,0%
18º	RM - GO	0,0%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Macapá (AP)	10,1%
2º	Rio Branco (AC)	7,0%
3º	São Luís (MA)	2,7%
4º	Belem (PA)	2,6%
5º	Porto Velho (RO)	1,9%
6º	Teresina (PI)	1,5%
7º	Cuiabá (MT)	0,9%
8º	Boa Vista (RR)	0,8%
8º	Salvador (BA)	0,8%
10º	Manaus (AM)	0,6%
10º	Porto Alegre (RS)	0,6%
10º	Palmas (TO)	0,6%
13º	São Paulo (SP)	0,3%
14º	Fortaleza (CE)	0,2%
14º	Belo Horizonte (MG)	0,2%
14º	Maceio (AL)	0,2%
14º	Rio de Janeiro (RJ)	0,2%
18º	João Pessoa (PB)	0,1%
18º	Brasília (DF)	0,1%
18º	Florianopolis (SC)	0,1%
21º	Natal (RN)	0,0%
21º	Recife (PE)	0,0%
21º	Campo Grande (MS)	0,0%
21º	Aracaju (SE)	0,0%
21º	Curitiba (PR)	0,0%
21º	Goiania (GO)	0,0%
21º	**Vitoria (ES)**	**0,0%**

Paredes Externas Materiais Não Duráveis

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - RS	3,0%
2º	RM - AM	2,0%
2º	RM - MA	2,0%
4º	RM - PR	1,6%
4º	RM - AP	1,6%
6º	RM - PA	1,1%
7º	**RM - ES**	**0,9%**
8º	RM - PB	0,7%
9º	RM - SC	0,6%
9º	RM - MT	0,6%
11º	RM - SP	0,5%
12º	RM - RN	0,4%
13º	RM - PE	0,3%
14º	RM - CE	0,2%
15º	RM - SE	0,2%
15º	RM - GO	0,0%
15º	RM - AL	0,0%
15º	RM - MG	0,0%
15º	RM - RJ	0,0%
15º	RM - BA	0,0%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Rio Branco (AC)	2,5%
2º	Manaus (AM)	2,1%
3º	Porto Alegre (RS)	2,0%
4º	Macapá (AP)	1,7%
5º	Porto Velho (RO)	1,6%
6º	Campo Grande (MS)	1,4%
6º	Belem (PA)	1,4%
8º	São Luís (MA)	1,2%
9º	Florianopolis (SC)	1,1%
10º	Boa Vista (RR)	1,0%
11º	São Paulo (SP)	0,8%
12º	Brasília (DF)	0,6%
13º	Curitiba (PR)	0,5%
14º	**Vitoria (ES)**	**0,4%**
15º	Cuiabá (MT)	0,3%
16º	Natal (RN)	0,2%
16º	Recife (PE)	0,2%
16º	João Pessoa (PB)	0,2%
19º	Teresina (PI)	0,1%
19º	Maceio (AL)	0,1%
21º	Rio de Janeiro (RJ)	0,0%
21º	Fortaleza (CE)	0,0%
21º	Aracaju (SE)	0,0%
21º	Belo Horizonte (MG)	0,0%
21º	Goiania (GO)	0,0%
21º	Palmas (TO)	0,0%
21º	Salvador (BA)	0,0%

Anexo I – **Condições de Moradia**

Domicílios Excessivamente Adensados

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - AM	16,8%
2º	RM - AP	15,8%
3º	RM - MA	12,0%
4º	RM - PA	11,2%
5º	RM - SP	9,0%
6º	RM - CE	8,1%
7º	RM - RJ	7,5%
8º	RM - MT	6,8%
9º	RM - BA	6,3%
10º	RM - SE	5,6%
11º	**RM - ES**	**5,5%**
12º	RM - RN	5,0%
12º	RM - AL	5,0%
14º	RM - PE	4,6%
15º	RM - RS	3,7%
16º	RM - PB	3,2%
17º	RM - PR	3,1%
18º	RM - GO	2,8%
19º	RM - MG	2,6%
20º	RM - SC	1,0%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Manaus (AM)	16,3%
2º	Boa Vista (RR)	15,8%
3º	Macapá (AP)	14,7%
4º	Belem (PA)	12,7%
5º	São Luís (MA)	11,5%
6º	Rio Branco (AC)	10,5%
7º	São Paulo (SP)	9,5%
8º	Porto Velho (RO)	8,9%
9º	Fortaleza (CE)	8,1%
10º	Palmas (TO)	6,7%
11º	Rio de Janeiro (RJ)	6,4%
12º	Cuiabá (MT)	6,2%
13º	Salvador (BA)	5,8%
14º	Natal (RN)	5,6%
15º	Maceio (AL)	5,2%
16º	Recife (PE)	5,0%
16º	Brasília (DF)	5,0%
18º	Campo Grande (MS)	4,6%
19º	Porto Alegre (RS)	3,9%
20º	Aracaju (SE)	3,8%
21º	Teresina (PI)	3,3%
22º	**Vitoria (ES)**	**3,0%**
22º	João Pessoa (PB)	3,0%
24º	Goiania (GO)	2,2%
24º	Curitiba (PR)	2,2%
26º	Belo Horizonte (MG)	1,9%
27º	Florianopolis (SC)	0,3%

Ônus Excessivo com Aluguel

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SE	9,0%
2º	RM - SP	7,8%
3º	RM - AL	7,1%
4º	RM - RJ	7,0%
5º	RM - MT	6,8%
6º	RM - CE	6,5%
7º	RM - PE	6,3%
8º	RM - GO	6,2%
9º	RM - MG	6,1%
10º	**RM - ES**	**6,0%**
11º	RM - SC	5,8%
12º	RM - BA	5,7%
13º	RM - AM	5,6%
14º	RM - PR	5,2%
15º	RM - PB	4,7%
16º	RM - RN	4,2%
17º	RM - MA	4,0%
18º	RM - AP	3,3%
19º	RM - RS	3,0%
20º	RM - PA	2,8%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Cuiabá (MT)	9,6%
2º	Brasília (DF)	9,1%
3º	Palmas (TO)	8,8%
3º	São Paulo (SP)	8,8%
5º	Rio de Janeiro (RJ)	8,7%
6º	Aracaju (SE)	8,3%
7º	Fortaleza (CE)	8,1%
8º	Maceio (AL)	7,5%
9º	Recife (PE)	7,0%
10º	Goiania (GO)	6,2%
10º	Curitiba (PR)	6,2%
12º	Manaus (AM)	6,1%
13º	Belo Horizonte (MG)	6,0%
14º	Salvador (BA)	5,8%
15º	Florianopolis (SC)	5,7%
16º	**Vitoria (ES)**	**5,4%**
16º	Campo Grande (MS)	5,4%
18º	Natal (RN)	5,2%
18º	João Pessoa (PB)	5,2%
20º	São Luís (MA)	4,6%
21º	Boa Vista (RR)	4,4%
22º	Porto Alegre (RS)	3,6%
23º	Belem (PA)	3,4%
23º	Rio Branco (AC)	3,4%
25º	Macapá (AP)	3,3%
26º	Porto Velho (RO)	2,7%
27º	Teresina (PI)	1,7%

Inadequação de Moradias

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - AP	25,4%
2º	RM - AM	23,4%
3º	RM - MA	18,7%
4º	RM - SP	15,8%
5º	RM - PA	15,6%
6º	RM - CE	14,7%
7º	RM - SE	14,2%
8º	RM - RJ	13,7%
9º	RM - MT	13,3%
10º	RM- BA	11,9%
11º	RM - AL	11,8%
12º	**RM - ES**	**11,6%**
13º	RM- PE	10,9%
14º	RM - RS	9,7%
15º	RM - PR	9,4%
15º	RM - RN	9,4%
17º	RM - GO	8,9%
18º	RM - PB	8,7%
19º	RM - MG	8,3%
20º	RM - SC	7,3%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Macapá (AP)	25,4%
2º	Manaus (AM)	22,6%
3º	Rio Branco (AC)	21,3%
4º	Boa Vista (RR)	20,4%
5º	Belem (PA)	18,1%
6º	São Paulo (SP)	17,6%
7º	São Luís (MA)	17,5%
8º	Fortaleza (CE)	15,7%
9º	Cuiabá (MT)	14,8%
9º	Palmas (TO)	14,8%
11º	Porto Velho (RO)	14,4%
11º	Rio de Janeiro (RJ)	14,4%
13º	Brasília (DF)	13,5%
14º	Maceio (AL)	12,4%
15º	Aracaju (SE)	12,1%
16º	Recife (PE)	11,7%
17º	Salvador (BA)	11,6%
18º	Natal (RN)	10,7%
19º	Campo Grande (MS)	10,1%
20º	Porto Alegre (RS)	8,8%
21º	**Vitoria (ES)**	**8,5%**
22º	Curitiba (PR)	8,4%
23º	Goiania (GO)	8,2%
24º	João Pessoa (PB)	8,0%
25º	Belo Horizonte (MG)	7,8%
26º	Florianopolis (SC)	7,1%
27º	Teresina (PI)	5,7%

Anexo II – **Acesso a Serviços de Saneamento Básico**

Abastecimento de Água

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SE	99,5%
2º	RM - SP	99,0%
3º	RM - BA	98,6%
4º	RM - MG	98,2%
5º	**RM - ES**	**97,7%**
6º	RM - RN	97,0%
7º	RM - PR	96,4%
8º	RM - SC	95,8%
9º	RM - PE	92,7%
10º	RM - RS	92,5%
11º	RM - PB	91,7%
12º	RM - MT	90,7%
13º	RM - RJ	90,1%
14º	RM - CE	89,5%
15º	RM - GO	88,3%
16º	RM - AL	86,0%
17º	RM - AM	84,7%
18º	RM- MA	82,7%
19º	RM - PA	66,7%
20º	RM - AP	58,2%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Aracaju (SE)	100,0%
1º	Belo Horizonte (MG)	100,0%
1º	**Vitoria (ES)**	**100,0%**
4º	Porto Alegre (RS)	99,8%
5º	Curitiba (PR)	99,7%
6º	São Paulo (SP)	99,6%
7º	Salvador (BA)	99,5%
8º	Rio de Janeiro (RJ)	99,4%
9º	Teresina (PI)	99,1%
10º	Natal (RN)	98,6%
11º	João Pessoa (PB)	98,1%
12º	Boa Vista (RR)	97,8%
12º	Campo Grande (MS)	97,8%
14º	Palmas (TO)	97,4%
15º	Goiania (GO)	97,3%
16º	Florianopolis (SC)	96,9%
17º	Fortaleza (CE)	96,0%
17º	Recife (PE)	96,0%
19º	Cuiabá (MT)	94,7%
20º	Brasília (DF)	92,7%
21º	Manaus (AM)	89,6%
22º	Maceio (AL)	87,1%
23º	São Luís (MA)	82,2%
24º	Belem (PA)	80,0%
25º	Rio Branco (AC)	58,2%
26º	Macapá (AP)	54,6%
27º	Porto Velho (RO)	42,8%

Esgotamento Sanitário

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SP	94,9%
2º	RM - RJ	93,2%
3º	RM - MG	92,8%
4º	RM - BA	91,1%
5º	RM - PR	90,7%
6º	**RM - ES**	**89,7%**
7º	RM - RS	88,5%
8º	RM - SE	82,8%
9º	RM - SC	70,7%
10º	RM - PE	67,6%
11º	RM - CE	62,1%
12º	RM - GO	60,4%
13º	RM - MT	58,7%
14º	RM - MA	57,1%
15º	RM - PB	55,3%
16º	RM - AL	50,6%
17º	RM - AM	49,4%
18º	RM - PA	31,2%
19º	RM - RN	22,0%
20º	RM - AP	11,6%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	**Vitoria (ES)**	**99,8%**
2º	Curitiba (PR)	99,7%
3º	Belo Horizonte (MG)	99,6%
4º	Rio de Janeiro (RJ)	97,8%
5º	Porto Alegre (RS)	97,1%
6º	Salvador (BA)	96,6%
7º	São Paulo (SP)	96,1%
8º	Aracaju (SE)	91,1%
9º	Brasília (DF)	84,6%
10º	Palmas (TO)	84,5%
11º	Recife (PE)	80,7%
12º	Goiania (GO)	80,3%
13º	Fortaleza (CE)	74,1%
14º	João Pessoa (PB)	71,9%
15º	São Luís (MA)	68,8%
16º	Florianopolis (SC)	67,7%
17º	Cuiabá (MT)	66,5%
18º	Campo Grande (MS)	62,1%
19º	Rio Branco (AC)	60,3%
20º	Manaus (AM)	54,7%
21º	Maceio (AL)	53,4%
22º	Belem (PA)	39,9%
23º	Boa Vista (RR)	33,2%
24º	Natal (RN)	30,2%
25º	Porto Velho (RO)	16,8%
26º	Macapá (AP)	12,5%
27º	Teresina (PI)	7,4%

Anexo II – **Acesso a Serviços de Saneamento Básico**

Coleta de Lixo

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SC	99,9%
2º	RM - RS	99,7%
3º	RM - SP	99,6%
4º	RM - PR	99,1%
5º	RM - RJ	98,8%
5º	RM - GO	98,8%
7º	RM - AL	98,7%
8º	RM - MG	98,6%
8º	**RM - ES**	**98,6%**
10º	RM - BA	97,9%
11º	RM - MT	97,5%
12º	RM - PA	96,9%
13º	RM - SE	96,8%
14º	RM - PE	96,5%
15º	RM - CE	96,2%
16º	RM - PB	95,9%
17º	RM - RN	95,5%
18º	RM - AP	95,0%
19º	RM - AM	93,7%
20º	RM - MA	91,3%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Belo Horizonte (MG)	100,0%
1º	Curitiba (PR)	100,0%
1º	Florianopolis (SC)	100,0%
4º	João Pessoa (PB)	99,9%
4º	Rio de Janeiro (RJ)	99,9%
6º	Goiania (GO)	99,8%
6º	Porto Alegre (RS)	99,8%
8º	Fortaleza (CE)	99,6%
9º	São Paulo (SP)	99,4%
9º	Recife (PE)	99,4%
9º	Campo Grande (MS)	99,4%
12º	Maceio (AL)	99,2%
13º	Aracaju (SE)	99,0%
14º	Boa Vista (RR)	98,9%
15º	Natal (RN)	98,7%
15º	Manaus (AM)	98,7%
17º	Cuiabá (MT)	98,6%
18º	**Vitoria (ES)**	**98,6%**
19º	Salvador (BA)	98,4%
20º	Palmas (TO)	97,5%
21º	Brasília (DF)	97,4%
22º	São Luís (MA)	97,3%
23º	Belem (PA)	97,1%
24º	Teresina (PI)	97,0%
25º	Macapá (AP)	94,4%
26º	Rio Branco (AC)	93,5%
27º	Porto Velho (RO)	92,9%

Acesso Simultâneo aos Três Serviços

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SP	94,4%
2º	RM - MG	92,3%
3º	RM - PR	90,1%
4º	RM - BA	89,3%
5º	**RM - ES**	**88,1%**
6º	RM - RJ	87,3%
7º	RM - RS	85,2%
8º	RM - SE	82,6%
9º	RM - SC	70,2%
10º	RM - PE	64,4%
11º	RM - CE	59,5%
12º	RM - GO	58,6%
13º	RM - MT	57,8%
14º	RM - PB	54,8%
15º	RM - MA	53,6%
16º	RM - AL	49,6%
17º	RM - AM	47,6%
18º	RM - PA	26,1%
19º	RM - RN	21,4%
20º	RM - AP	10,1%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Belo Horizonte (MG)	99,6%
1º	Curitiba (PR)	99,6%
3º	**Vitoria (ES)**	**98,5%**
4º	Rio de Janeiro (RJ)	97,5%
5º	Porto Alegre (RS)	96,8%
6º	São Paulo (SP)	95,6%
7º	Salvador (BA)	94,4%
8º	Aracaju (SE)	90,9%
9º	Palmas (TO)	84,4%
10º	Brasília (DF)	84,3%
11º	Goiania (GO)	79,4%
12º	Recife (PE)	77,2%
13º	João Pessoa (PB)	71,3%
14º	Fortaleza (CE)	71,2%
15º	Florianopolis (SC)	67,5%
16º	Cuiabá (MT)	65,9%
17º	São Luís (MA)	65,8%
18º	Campo Grande (MS)	61,4%
19º	Manaus (AM)	52,7%
20º	Maceio (AL)	52,2%
21º	Rio Branco (AC)	42,1%
22º	Belem (PA)	35,8%
23º	Boa Vista (RR)	33,1%
24º	Natal (RN)	29,7%
25º	Porto Velho (RO)	13,8%
26º	Macapá (AP)	10,6%
27º	Teresina (PI)	7,3%

Anexo III – **Presença de Bens Duráveis**

Telefone

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SC	99,3%
1º	RM - GO	99,3%
3º	RM - MG	99,1%
4º	RM - RS	99,0%
5º	RM - SP	98,9%
5º	**RM - ES**	**98,9%**
7º	RM - MT	98,4%
7º	RM - BA	98,4%
9º	RM - PE	98,0%
10º	RM - RJ	97,9%
11º	RM - PR	97,8%
11º	RM - AL	97,8%
13º	RM - RN	97,3%
14º	RM - PA	97,2%
14º	RM - CE	97,2%
16º	RM - AM	97,0%
17º	RM - MA	96,9%
17º	RM - PB	96,9%
19º	RM - AP	96,7%
20º	RM - SE	96,1%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Florianopolis (SC)	99,8%
2º	Vitoria (ES)	99,6%
3º	Goiania (GO)	99,6%
4º	Palmas (TO)	99,4%
4º	Brasília (DF)	99,4%
6º	Belo Horizonte (MG)	99,3%
6º	Campo Grande (MS)	99,3%
8º	Porto Alegre (RS)	99,2%
9º	Natal (RN)	99,0%
9º	São Paulo (SP)	99,0%
11º	Curitiba (PR)	98,8%
12º	João Pessoa (PB)	98,7%
12º	Rio de Janeiro (RJ)	98,7%
14º	Fortaleza (CE)	98,5%
14º	Salvador (BA)	98,5%
16º	São Luís (MA)	98,4%
16º	Boa Vista (RR)	98,4%
18º	Recife (PE)	98,2%
18º	Maceio (AL)	98,2%
20º	Manaus (AM)	97,9%
20º	Cuiabá (MT)	97,9%
22º	Teresina (PI)	97,7%
22º	Belem (PA)	97,7%
24º	Rio Branco (AC)	96,9%
25º	Macapá (AP)	96,5%
26º	Aracaju (SE)	96,4%
27º	Porto Velho (RO)	95,1%

Geladeira

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - RJ	99,8%
1º	RM - SE	99,8%
1º	RM - SC	99,8%
1º	RM - SP	99,8%
5º	RM - PR	99,7%
5º	RM - MT	99,7%
5º	RM - PE	99,7%
5º	**RM - ES**	**99,7%**
9º	RM - RS	99,6%
10º	RM - MG	99,5%
10º	RM - GO	99,5%
10º	RM - AL	99,5%
13º	RM - RN	99,4%
14º	RM - PB	99,2%
15º	RM - MA	98,9%
16º	RM - CE	98,6%
17º	RM - BA	98,3%
18º	RM - PA	98,1%
19º	RM - AM	97,8%
20º	RM - AP	97,1%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Aracaju (SE)	100,0%
1º	Palmas (TO)	100,0%
3º	São Paulo (SP)	99,9%
4º	Belo Horizonte (MG)	99,8%
4º	Rio de Janeiro (RJ)	99,8%
4º	Vitoria (ES)	99,8%
7º	Cuiabá (MT)	99,7%
8º	Florianopolis (SC)	99,6%
8º	Natal (RN)	99,6%
8º	Maceio (AL)	99,6%
8º	Goiania (GO)	99,6%
12º	Recife (PE)	99,5%
12º	Curitiba (PR)	99,5%
12º	Brasília (DF)	99,5%
12º	João Pessoa (PB)	99,5%
16º	Teresina (PI)	99,4%
16º	Campo Grande (MS)	99,4%
18º	Porto Alegre (RS)	99,3%
19º	Porto Velho (RO)	99,0%
19º	São Luís (MA)	99,0%
21º	Fortaleza (CE)	98,9%
22º	Manaus (AM)	98,8%
23º	Rio Branco (AC)	98,6%
24º	Boa Vista (RR)	98,5%
25º	Salvador (BA)	97,9%
26º	Belem (PA)	97,8%
27º	Macapá (AP)	97,0%

Anexo III – **Presença de Bens Duráveis**

Máquina de Lavar Roupas

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SC	96,2%
2º	RM - RS	91,4%
3º	RM - PR	91,3%
4º	RM - SP	88,3%
5º	RM - RJ	88,3%
6º	RM - GO	81,0%
7º	RM - MG	77,0%
8º	**RM - ES**	**76,2%**
9º	RM - AM	64,4%
10º	RM - PB	61,2%
11º	RM - SE	60,4%
12º	RM - MT	60,4%
13º	RM - PE	60,3%
14º	RM - RN	60,1%
15º	RM - BA	58,6%
16º	RM - CE	55,4%
17º	RM - AP	51,5%
18º	RM - AL	49,5%
19º	RM - MA	48,9%
20º	RM - PA	44,7%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Florianopolis (SC)	95,8%
2º	Curitiba (PR)	94,8%
3º	Porto Alegre (RS)	92,8%
4º	Rio de Janeiro (RJ)	91,0%
5º	São Paulo (SP)	89,7%
6º	Belo Horizonte (MG)	85,2%
7º	Goiania (GO)	85,1%
8º	**Vitoria (ES)**	**84,5%**
9º	Brasília (DF)	82,9%
10º	Campo Grande (MS)	77,9%
11º	João Pessoa (PB)	72,1%
12º	Boa Vista (RR)	71,3%
13º	Manaus (AM)	66,6%
14º	Aracaju (SE)	66,6%
15º	Recife (PE)	65,8%
16º	Salvador (BA)	64,7%
17º	Natal (RN)	63,6%
18º	Cuiabá (MT)	62,5%
19º	Palmas (TO)	61,4%
20º	Fortaleza (CE)	59,3%
21º	Porto Velho (RO)	58,1%
22º	Maceio (AL)	53,8%
23º	São Luís (MA)	53,1%
24º	Belem (PA)	48,1%
25º	Macapá (AP)	47,5%
26º	Teresina (PI)	45,7%
27º	Rio Branco (AC)	29,0%

Carro

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SC	76,1%
2º	RM - PR	75,0%
3º	RM - RS	66,0%
4º	RM - GO	65,1%
5º	RM - SP	61,9%
6º	RM - MT	58,8%
7º	RM - MG	56,2%
8º	**RM - ES**	**51,8%**
9º	RM - PB	47,1%
10º	RM - RN	45,1%
11º	RM - SE	44,4%
12º	RM - RJ	41,3%
13º	RM - CE	37,8%
14º	RM - BA	37,2%
15º	RM - AM	34,6%
16º	RM - AP	34,1%
17º	RM - PE	32,5%
18º	RM - MA	29,9%
19º	RM - AL	28,9%
20º	RM - PA	28,4%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Florianopolis (SC)	79,9%
2º	Curitiba (PR)	79,7%
3º	Goiania (GO)	71,3%
4º	Brasília (DF)	69,0%
5º	Campo Grande (MS)	65,8%
6º	**Vitoria (ES)**	**62,5%**
7º	Porto Alegre (RS)	62,2%
8º	Cuiabá (MT)	60,1%
9º	São Paulo (SP)	59,9%
10º	Belo Horizonte (MG)	59,3%
11º	Palmas (TO)	55,6%
12º	João Pessoa (PB)	55,1%
13º	Aracaju (SE)	51,1%
14º	Boa Vista (RR)	49,9%
15º	Porto Velho (RO)	48,1%
16º	Teresina (PI)	44,5%
17º	Natal (RN)	43,4%
18º	Fortaleza (CE)	43,3%
19º	Rio de Janeiro (RJ)	43,1%
20º	Recife (PE)	40,3%
21º	Salvador (BA)	38,7%
22º	Rio Branco (AC)	38,0%
23º	Manaus (AM)	37,2%
24º	Macapá (AP)	35,2%
25º	São Luís (MA)	33,3%
26º	Maceio (AL)	31,4%
27º	Belem (PA)	31,1%

Anexo III – **Presença de Bens Duráveis**

Motocicleta

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - GO	31,9%
2º	RM - MT	29,6%
3º	RM - PB	25,6%
4º	RM - CE	24,4%
5º	RM - SC	21,4%
6º	RM - RN	21,2%
7º	RM - PA	17,0%
8º	RM - AM	15,8%
9º	RM - AP	14,7%
10º	RM - SE	14,6%
11º	RM - PR	14,3%
12º	**RM - ES**	**13,9%**
13º	RM - MG	13,8%
14º	RM - MA	13,3%
15º	RM - PE	12,2%
16º	RM - AL	12,0%
16º	RM - RS	12,0%
18º	RM - SP	9,6%
19º	RM - BA	8,9%
20º	RM - RJ	6,1%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Palmas (TO)	38,5%
2º	Porto Velho (RO)	37,6%
3º	Boa Vista (RR)	37,0%
4º	Teresina (PI)	35,9%
5º	Rio Branco (AC)	34,1%
6º	Goiania (GO)	26,1%
7º	Campo Grande (MS)	26,1%
8º	João Pessoa (PB)	24,5%
9º	Cuiabá (MT)	24,4%
10º	Fortaleza (CE)	21,3%
11º	Natal (RN)	17,4%
12º	Florianopolis (SC)	17,4%
13º	Macapá (AP)	14,4%
14º	Aracaju (SE)	14,3%
15º	Belem (PA)	14,1%
16º	Recife (PE)	13,7%
17º	Curitiba (PR)	13,2%
18º	São Luís (MA)	12,9%
19º	Maceio (AL)	12,6%
20º	Manaus (AM)	12,4%
21º	Belo Horizonte (MG)	11,4%
22º	Brasília (DF)	9,5%
23º	Porto Alegre (RS)	9,4%
24º	São Paulo (SP)	9,2%
25º	**Vitoria (ES)**	**9,0%**
26º	Salvador (BA)	7,1%
27º	Rio de Janeiro (RJ)	5,9%

Internet

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - GO	89,4%
2º	RM - MG	89,1%
2º	RM - SC	89,1%
4º	RM - SP	87,8%
5º	RM - RS	84,4%
6º	RM - PA	83,9%
7º	RM - RJ	83,4%
8º	RM - AM	83,0%
9º	RM - SE	82,9%
9º	**RM - ES**	**82,9%**
11º	RM - AP	82,7%
12º	RM - RN	82,2%
13º	RM - BA	80,9%
13º	RM - PB	80,9%
15º	RM - MT	80,1%
16º	RM - PR	79,6%
17º	RM - MA	78,3%
18º	RM - AL	77,0%
19º	RM - CE	76,8%
20º	RM - PE	76,5%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Goiania (GO)	91,9%
2º	Belo Horizonte (MG)	91,7%
3º	Brasília (DF)	91,2%
4º	Florianopolis (SC)	90,8%
5º	Curitiba (PR)	90,5%
6º	Campo Grande (MS)	89,4%
7º	São Paulo (SP)	88,1%
8º	João Pessoa (PB)	87,9%
9º	Boa Vista (RR)	87,6%
10º	Vitoria (ES)	87,5%
11º	Manaus (AM)	86,9%
12º	Porto Alegre (RS)	86,4%
13º	Natal (RN)	85,9%
14º	Belem (PA)	85,4%
15º	Rio de Janeiro (RJ)	85,0%
16º	Aracaju (SE)	84,9%
17º	Recife (PE)	84,4%
18º	Palmas (TO)	84,1%
19º	São Luís (MA)	83,7%
20º	Teresina (PI)	83,5%
21º	Macapá (AP)	83,0%
22º	Salvador (BA)	82,7%
23º	Fortaleza (CE)	82,0%
24º	Cuiabá (MT)	81,8%
25º	Porto Velho (RO)	80,1%
26º	Maceio (AL)	79,0%
27º	Rio Branco (AC)	76,4%

Internet por Microcomputador

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - SC	67,1%
2º	RM - SP	57,7%
3º	RM - PR	56,2%
4º	RM - MG	54,1%
5º	**RM - ES**	53,2%
6º	RM - RJ	51,9%
7º	RM - RS	51,4%
8º	RM - GO	48,9%
9º	RM - BA	48,5%
10º	RM - PB	42,7%
11º	RM - RN	42,2%
11º	RM - PE	42,2%
13º	RM - MT	42,0%
14º	RM - SE	40,2%
15º	RM - CE	38,4%
16º	RM - AL	34,6%
17º	RM - AP	32,8%
18º	RM - PA	31,5%
19º	RM - AM	30,7%
20º	RM - MA	29,3%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Vitoria (ES)	70,9%
2º	Florianopolis (SC)	70,1%
3º	Curitiba (PR)	69,8%
4º	Belo Horizonte (MG)	65,7%
5º	Brasília (DF)	62,4%
6º	São Paulo (SP)	60,2%
7º	Porto Alegre (RS)	58,8%
8º	Rio de Janeiro (RJ)	57,0%
9º	Goiania (GO)	56,3%
10º	João Pessoa (PB)	54,1%
11º	Salvador (BA)	53,2%
12º	Campo Grande (MS)	50,9%
13º	Recife (PE)	49,4%
14º	Cuiabá (MT)	48,5%
15º	Aracaju (SE)	47,4%
16º	Natal (RN)	46,3%
17º	Fortaleza (CE)	44,1%
18º	Palmas (TO)	43,0%
19º	Teresina (PI)	40,4%
20º	Maceio (AL)	38,7%
21º	Porto Velho (RO)	37,2%
22º	Belem (PA)	36,9%
23º	São Luís (MA)	34,6%
24º	Manaus (AM)	33,5%
25º	Boa Vista (RR)	33,0%
26º	Macapá (AP)	32,9%
27º	Rio Branco (AC)	31,4%

Anexo IV – **Acesso à Tecnologia**

Internet por Outro Equipamento Eletrônico

Pos.	Regiões Metropolitanas	Ocorrência
1º	RM - GO	89,1%
2º	RM - MG	88,4%
3º	RM - SC	87,6%
4º	RM - SP	86,2%
5º	RM - PA	83,7%
6º	RM - RS	83,6%
7º	RM - AM	82,7%
8º	RM - AP	82,5%
9º	RM - SE	82,3%
10º	RM - RJ	82,1%
10º	**RM - ES**	**82,1%**
12º	RM - RN	81,9%
13º	RM - PB	80,7%
14º	RM - BA	79,8%
15º	RM - MT	79,5%
16º	RM - PR	77,9%
17º	RM - MA	77,7%
18º	RM - AL	76,6%
19º	RM - CE	76,4%
20º	RM - PE	76,0%

Pos.	Capitais	Ocorrência
1º	Goiania (GO)	91,5%
2º	Brasília (DF)	90,8%
3º	Belo Horizonte (MG)	90,7%
4º	Curitiba (PR)	89,0%
5º	Florianopolis (SC)	88,9%
6º	Campo Grande (MS)	88,7%
7º	João Pessoa (PB)	87,8%
8º	Boa Vista (RR)	87,3%
9º	**Vitoria (ES)**	**86,8%**
10º	Manaus (AM)	86,6%
11º	São Paulo (SP)	86,4%
12º	Natal (RN)	85,6%
13º	Belem (PA)	85,1%
14º	Porto Alegre (RS)	85,0%
15º	Aracaju (SE)	84,1%
16º	Recife (PE)	84,1%
17º	Rio de Janeiro (RJ)	83,9%
18º	Palmas (TO)	83,5%
19º	São Luís (MA)	83,4%
20º	Teresina (PI)	83,3%
21º	Macapá (AP)	82,8%
22º	Salvador (BA)	81,7%
23º	Fortaleza (CE)	81,6%
24º	Cuiabá (MT)	81,4%
25º	Porto Velho (RO)	79,2%
26º	Maceio (AL)	78,5%
27º	Rio Branco (AC)	76,2%

Instituto Jones
dos Santos Neves

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento